

MESTRADO EM PSICOGERONTOLOGIA COMUNITÁRIA

Tese de Mestrado

A contribuição da alfabetização para o bem-estar da população idosa

Maria Margarida Pão Mole Charneca

Beja, 2014

Mudei a capa e contracapa mais de acordo com as normas, veja o regulamento e corrija em conformidade. Atenção o tipo de letra das capas tem que ser igual ao do corpo do trabalho



INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



MESTRADO EM PSICOGERONTOLOGIA COMUNITÁRIA

A contribuição da alfabetização para o bem-estar da população idosa

Trabalho Orientado por:

Professora Doutora Maria Teresa Pereira dos Santos

Trabalho elaborado por:

Maria Margarida Pão Mole Charneca

Beja, 2014

Resumo

O presente estudo teve como principal objetivo investigar de que forma a alfabetização pode contribuir para o bem-estar da população idosa. Para tal, foram comparados dois grupos, um alfabetizado e outro não, de ambos os sexos, com idades superiores a 65 anos. Desta forma, optou-se pela amostragem de conveniência.

O instrumento utilizado para a recolha de dados foi a entrevista semidirectiva e com os resultados verificados através da análise de conteúdo foi elaborada uma proposta de intervenção.

A primeira evidência observada foi a da resignação. Os idosos analfabetos, habituados a uma vida sem letras lidas ou escritas, mostraram conformidade face à sua situação pelo que, através desta investigação, se pretendeu contribuir para a desmistificação desse estado de apatia face à iliteracia na idade idosa e evidenciar o valor da literacia neste período da vida para o bem estar do ser humano.

Palavras-Chave: Alfabetização; bem-estar; população idosa; analfabetismo; literacia

Abstract

The present study aimed to investigate how literacy can contribute to the well-being of the elderly. To this end, two groups, one literate and an illiterate one, of both sexes, aged over 65 years, were compared. It was a convenience sampling.

The instrument used for data collection was the semi-structured interview and the results obtained through the content analysis were used to elaborate a proposal for intervention.

The first evidence observed, was resignation. The illiterate elderly, accustomed to a life without reading or writing letters, showed accordingly to cope with their situation. Therefore, through this research, it was meant to contribute to the demystification of this state of apathy in the face of illiteracy in old age and to highlight the value of literacy in this period of life for human well-being.

Keywords: Literacy; well-being; elderly population; illiteracy; literacy

Agradecimentos

Os meus reconhecidos agradecimentos vão para todos aqueles que, de alguma maneira, contribuíram para a concretização desta tão importante e significativa etapa da minha vida.

O primeiro agradecimento vai para a Doutora Maria Teresa Pereira dos Santos que se mostrou disponível, sendo um elemento fundamental na execução desta etapa.

Agradeço especialmente aos onze entrevistados que se mostraram disponíveis a participar no presente estudo, sendo os seus testemunhos imprescindíveis.

Em terceiro lugar agradeço também aos professores e colegas que me transmitiram muitos conhecimentos importantes durante a especialização em Psicogerontologia Comunitária que foram indispensáveis para concluir o presente projeto de Intervenção.

O quarto agradecimento vai para duas funcionárias do Instituto Politécnico de Beja, a primeira Maria Carolina Machado Lima e a segunda D. Fernanda Sousa que se mostraram sempre disponíveis para qualquer esclarecimento.

Gostaria de fazer um agradecimento especial a duas amigas, Susana Maurício e Ângela Espadaneira, que foram muito importantes para a finalização deste processo.

Agradeço a todos os meus familiares que, direta ou indiretamente estiveram presentes, especialmente aos meus pais, irmã e filho que são um grande pilar da minha vida, sendo o meu filho o meu grande amor. Um muito obrigado!

Lutemos por um mundo novo... um mundo bom que a todos assegura o ensejo de trabalho, que dê futuro a juventude e segurança à velhice.

(Charles Chaplin)

Índice

Introdução	7
I. Enquadramento Teórico.....	9
1. O Envelhecimento Humano e Demográfico	9
1.1 Envelhecimento bem-sucedido.....	12
1.2 Qualidade de vida na pessoa	17
2. Educação na idade idosa	22
2.1 Educação Não Formal	27
2.2 Analfabetismo, Iliteracia e Literacia	29
2.3 Literacia e aprendizagem da leitura e da escrita.....	32
2.4 Literacia e Cidadania.....	33
2.5 Motivações e expetativas	35
2.6 O Método de Paulo Freire	39
2.7 Literatura como veículo para o conhecimento e para o desenvolvimento pessoal.....	40
2.8 Exemplos de boas práticas de alfabetização.....	42
Associação de Desenvolvimento Comunitário de S. Miguel de Machede.....	42
II. Estudo Empírico	47
1- Origem e Fundamentação do Problema de Investigação	47
2- Metodologia	49
2.1 Pergunta de investigação	52
2.2 Hipóteses de investigação	53
2.3 Amostra: constituição e caracterização	54
3 – Instrumento e procedimentos	58
Constrangimentos inerentes ao instrumento.....	60
III. Análise e discussão de resultados.....	61
1- Tratamento de dados e análise dos resultados	61
1.1 Caracterização sócio-demográfica dos gerontes	61
1.2 Compreender a vivência dos gerontes	63
1.3 Avaliar os conhecimentos dos gerontes.....	68
1.4 Avaliar as experiências e preferências dos gerontes	75
IV. Proposta de Intervenção	77
1.Fundamentação da necessidade de intervenção	77
Conclusões	81
Referências Bibliográficas	83

Índice de Quadros

Quadro nº. 1: Caraterização dos entrevistados quanto à idade, sexo, estado civil, habilitações literárias e profissão. – Caraterização socio – geográfica.....	61
Quadro nº. 2: Relacionamento interpessoal dos entrevistados	63
Quadro nº.3: Salvaguarda da privacidade.....	66
Quadro nº. 4: Participação em atividades sócio-culturais.....	67
Quadro nº. 5: Importância da alfabetização.....	69
Quadro nº. 6: Momentos em que a leitura e a escrita são importantes.....	71
Quadro nº. 7: Razões para a não alfabetização.....	72
Quadro nº.8: Razões para a interrupção dos estudos.....	73
Quadro nº. 9: As principais pretensões dos gerontes.....	75

Índice de apêndices

Apêndice I: Guião da entrevista

Apêndice II: Entrevistas semi-directivas realizadas aos gerontes

Introdução

Mais do que um direito ou um privilégio, a educação tem que ser considerada, acima de tudo como uma necessidade para todos, sejam mais ou menos jovens, dado que no mundo atual há que enfrentar a mudança a um ritmo cada vez mais acelerado na família, no emprego, na comunidade.

A alfabetização na terceira idade abrange requisitos determinantes que devem ser trabalhados para uma melhor aprendizagem, no sentido de que os fatores sociais, culturais e pessoais exerçam grande importância nesse processo.

Os idosos que mantêm a parte cognitiva em atividade vivem durante mais tempo e com melhor qualidade de vida. Segundo Torquato e Santana (2011), a leitura é considerada como importante para o aumentar dos ganhos cognitivos, tais como a memória e melhorar as ações motoras.

Portugal é um dos países da Europa com uma taxa mais elevada de idosos, tendo mesmo tendência a aumentar com o decorrer dos anos. Sendo assim, e por ainda se verificar um considerável número de analfabetos, podemos dizer que a alfabetização na terceira idade terá de passar a ser um assunto cada vez mais abordado. Existem alguns projetos com cujo objetivo é alfabetizar mas a informação ainda é muito escassa e por vezes, estes projetos não são acessíveis a toda a população idosa pois muitos ainda vivem isolados.

A escolha deste tema deve-se ao facto, de ainda existirem nos dias de hoje, idosos analfabetos.

A presente investigação pretende responder à seguinte questão, de que forma é que a alfabetização na terceira idade pode contribuir para o bem-estar da população idosa, tendo como objetivo principal compreender a importância da alfabetização na 3ª Idade. Desta forma, analisar de que forma o analfabetismo é vivido e representado pelos idosos, quer a nível emocional como psicológico; compreender porque é que ser analfabeto pode ser motivo de discriminação e perceber de que forma é que a alfabetização pode influenciar a confiança e autoestima dos idosos.

A investigação que a seguir se apresenta está dividida em três partes principais e estruturado da seguinte forma:

Na primeira parte, consta o Enquadramento Teórico onde será retratado o tema assim como os conceitos a si associados.

Na segunda parte, consta o estudo empírico onde será referida a metodologia utilizada, os participantes, instrumentos, procedimentos e tratamento de dados. Procedemos também à apresentação e discussão dos resultados obtidos.

De seguida traça-se uma Proposta de Intervenção que se adegue às necessidades da população.

Na última parte, serão apresentadas as conclusões assim como as referências bibliográficas consultadas.

I. Enquadramento Teórico

1. O Envelhecimento Humano e Demográfico

Envelhecer é sinónimo de um processo a que ninguém pretende fugir. É um processo complexo, progressivo e irreversível que afeta todos os seres vivos de forma diferente uma vez que está intimamente ligado a fatores de ordem genética, cultural, socioeconómica, médica e até mesmo geográfica, entre outros (Fontaine, 2000). O processo de envelhecimento tem um único fator comum a todas as espécies: o seu fim é determinado pela morte.

Do ponto de vista demográfico o envelhecimento é encarado pelas contagens estatísticas sendo que, neste campo, envelhecer significa que há uma percentagem crescente de pessoas idosas, ou seja, de indivíduos com 65 anos ou mais, em relação à população total. Dentro desta perspetiva Portugal, à semelhança de quase todos os países da Europa do Sul, já é considerado um país envelhecido na sequência da diminuição da taxa de fertilidade; do aumento da longevidade e da esperança média de vida ao nascer, que as taxas estatísticas registaram nas últimas décadas.

De facto os idosos têm um peso cada vez mais representativo dentro da pirâmide etária. De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) (2012), estima-se que no ano de 2020, os idosos serão mais do que os jovens, com uma percentagem de aproximadamente 18,1%, prevendo-se que, esta tendência venha a aumentar até 2050.

Estes dados traduzem-se numa mudança na estrutura piramidal que representa a sociedade do ponto de vista etário levando a que, no nosso país, a pirâmide etária esteja envelhecida tanto na base como no topo, pois também a natalidade existente é insuficiente para que se processe à renovação populacional. A mesma fonte estatística, o INE, dá conta, a título de exemplo, que em 2008 a média de filhos por mulher em idade fértil era inferior a 1,4 filhos por mulher.

São vários os fatores que determinam o envelhecimento. Entre eles conta-se a baixa fecundidade, os fluxos migratórios internos e externos e o aumento da longevidade e da esperança média de vida. Shepard (1997) acrescentou a esta lista outras causas como o controlo das doenças infecciosas ao longo da primeira metade do século XX, a diminuição na proporção das mortes prematuras em consequência da prevenção e tratamentos precoces de algumas situações de saúde, o aumento generalizado dos cuidados de saúde e a melhoria das condições de vida das populações. Para Fernandes (1997) as causas do envelhecimento demográfico podem ser atribuídas a duas ordens de

fatores: um diz respeito ao declínio da mortalidade e o aumento da esperança de vida, que já aqui se referiu, o outro está diretamente ligado à também já mencionada, diminuição da taxa de fertilidade.

Os dados que até agora temos vindo a enumerar dão conta de uma inegável mudança de perfil etário na população portuguesa. É uma mudança que começa a tomar forma, segundo Fernandes (1997), a partir da primeira metade do século passado mas que ganha impulso ao longo dos últimos anos desse século XX, e se agrava já na primeira década do século XXI. Em 2011 o índice de envelhecimento da população aumenta para os 128% em contraste com os 102% que o INE registava em 2001, e isto significa, na prática, que por cada 100 jovens portugueses se contam 128 idosos da mesma nacionalidade.

A proporção da população idosa que representava 8% do total da população portuguesa em 1960 passou para 16% em 2001 e em 2011 já era de 19% (INE, 2012). Segundo estes dados podemos ainda aferir que no nosso país, e no período que se conta entre 1960 e 2011, o fenómeno do envelhecimento demográfico se traduz num decréscimo de cerca de 36% da população jovem e num aumento de 140% de idosos. No mesmo período de tempo a esperança média de vida aumentou 11 anos para a população masculina e 13 anos para as mulheres.

Tendo em conta estes fatores e considerando Portugal como um país repleto de regiões diferentes em termos de dinâmicas, à semelhança do que se verifica um pouco por todo o mundo, é também plausível que se afirme que a distribuição da população idosa não é homogénea no território nacional. De facto, no nosso país, continuam a existir assimetrias demográficas no que toca ao envelhecimento, assimetrias essas que Rosa e Chitas (2000) identificam e que, segundo os mesmos autores, já se verificavam em 1960. Nessa altura já eram identificados desequilíbrios crescentes na distribuição da população e estes foram-se agravando com o passar das décadas. Assim, e por causa do enfraquecimento da dinâmica natural das populações, algumas muito expostas a fenómenos migratórios, existem zonas no nosso país onde o envelhecimento é muito acentuado e outras, sobretudo os centros de desenvolvimento e atração jovem como o litoral e as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se verificam ganhos significativos da população.

Estes dados reforçam a ideia avançada inicialmente de que o aumento da população idosa parece estar associado à evolução da medicina e também ao aperfeiçoamento das

condições de vida em sociedade, nomeadamente, no que diz respeito ao urbanismo, ao saneamento, ao trabalho, à alimentação e à higiene (McPherson, 1999).

Se tanto as condições biológicas como as sociais interferem com a problemática do envelhecimento parece-nos legítimo descrever este processo, subscrevendo Barreiros (1999), como um processo bio social de regressão, capaz de ser observado em todos os seres vivos e que se traduz na perda das capacidades ao longo da vida em consequência do enfraquecimento genético, da acumulação de danos físicos, das próprias condições de vida, de fatores nutricionais, entre outros.

Outra visão que vem de encontro áquilo que diz Barreiros (1999) é a apresentada por Sequeira e Silva (2002) segundo a qual o envelhecimento pode ser explicado como um “período de grandes mudanças no plano biológico, psicológico e social, bem como no plano das relações pessoa/mundo.” (Sequeira & Silva, 2002, p.1).

Importa muito que se compreenda em todas as suas dimensões o processo de envelhecimento porque este entendimento é importante para determinar a etiologia associada aos processos degenerativos e também ajuda no desenvolvimento de estratégias que atenuem os efeitos da senescência permitindo a criação de meios que venham garantir qualidade de vida aos indivíduos mais velhos (Mota,1999). Isto porque, para se envelhecer bem, não basta ser-se saudável, é necessário participar na sociedade com segurança, respeito e cooperação entre as diferentes gerações.

A velhice é, portanto, um processo inevitável caracterizado por um conjunto de fatores fisiológicos, psicológicos e sociais próprios de cada indivíduo. Assim, se o processo de envelhecimento é normal e universal, as alterações causadas pelo envelhecimento desenvolvem-se a um ritmo diferente de pessoa para pessoa dependendo de uma multiplicidade de fatores internos e externos (Schroots & Birren, 1980).

O envelhecimento não ocorre de forma estanque em todos os indivíduos. Enquanto uns tendem a apresentar padrões habituais de envelhecimento que se refletem em alterações típicas da idade, outros estão mais propensos a adquirir um elevado nível de funcionamento nos domínios físico, psicológico e social, em que apenas alguns sinais típicos da mudança acontecem. Segundo Paúl (1997), estas diferenças podem explicar-se à luz da combinação de fatores genéticos, pessoais e ambientais.

Este processo, normalmente ocorre, na transição entre a idade ativa e a reforma evidenciando-se mais, a partir do momento em que há um afastamento do mercado de trabalho e uma separação de um período delimitado por horários, rotinas e responsabilidades que termina de uma forma inopinada, sugerindo uma quebra nas

inter-relações dos indivíduos. Passa então a existir, uma diminuição a nível da convivência diária e da obrigação de realizar determinadas tarefas, sendo este um espaço privilegiado para entrar em declínio (Esteves,1995).

Sendo que o processo de envelhecimento também é um processo solitário, referente a cada indivíduo em particular, podemos dizer que são muitas as formas de se ser velho. Cada um dos idosos representa mais do que uma indicação estatística, ele é também o transporte de uma história que é só sua e que lhe foi determinada tanto pelo seu património genético como pelo seu património psicossocial. De facto, e tal como afirmam Lima e Viegas (1998) “Se a velhice é o destino biológico do homem, ela é vivida de forma mais variável consoante o contexto em que se inscreve” (Lima & Viegas, 1998, p. 149).

Assim sendo, as diferentes formas de estar e sentir só são compreendidas, tendo em atenção a história de vida e a relação do idoso com o seu cenário atual.

Defendendo que à medida que a pessoa envelhece as suas capacidades de adaptação vão diminuindo, Lawton (1983), refere que o idoso se torna mais sensível ao meio ambiente, e que este, por sua vez, é um agente importante na promoção do seu bem-estar.

1.1 Envelhecimento bem-sucedido

Atualmente considerar o envelhecimento em todas as questões que lhe dizem respeito, o caracterizam e condicionam, é muito mais do que lhe estabelecer um número que lhe determina o início ou observá-lo do ponto de vista demográfico. Todas essas envolventes de conceptualização e caracterização são importantes mas envelhecer significa também conseguir uma relação de equilíbrio entre a capacidade do indivíduo idoso e as exigências que o meio ambiente e envolvente lhe impõem. Tendo em conta esta última particularidade respeitante ao envelhecimento nasceu, nos finais da década de 60, do século passado, o conceito de Envelhecimento bem-sucedido (Fonseca,2005).

A definição de envelhecimento bem-sucedido está longe de ser simples na medida em que levanta questões acerca dos critérios a utilizar, apesar disso, alguns desses critérios assumem destaque pela frequência com que são utilizados como a longevidade, a saúde física e mental, o funcionamento intelectual, as competências sociais, a autonomia e o bem-estar subjetivo (Fontaine, 2000).

Empenhados em encontrar a definição que melhor servisse a este conceito vários autores avançaram propostas e fizeram estudos sobre o Envelhecimento bem-sucedido. A Fundação MacArthur realizou um estudo que foi dado a conhecer em 1984 e que hoje é considerado uns dos principais contributos para a afirmação do conceito uma vez que este trabalho se destaca pelo facto de tentar ultrapassar a visão do envelhecimento centrado na doença e na incapacidade (Fonseca, 2005).

Mais de 10 anos depois desta publicação surge a perspetiva de Rowe e Kahn (1998) que vem apontar os fatores que permitem à pessoa manter-se funcional à medida que envelhece (Fonseca, 2005). Segundo estes autores o envelhecimento bem-sucedido tem a ver com a capacidade da pessoa idosa em manter três características fundamentais sendo a primeira a adoção de um estilo de vida saudável, a segunda o funcionamento físico e mental elevado e, finalmente, o envolvimento ativo com a vida.

Esta conceção vem contrariar a imagem que durante décadas, sobretudo as primeiras do século XX, perdurou acerca dos idosos e que fazia deles pessoas fragilizadas, dependentes e improdutivas, uma espécie de fardo que as camadas mais jovens da sociedade estavam obrigadas a carregar (Caro, Bass, & Chen, 1993 in Gonçalves et al. 2006, p.139).

Na verdade a conceção apontada por Rowe e Kahn (1998) veio mostrar uma perspetiva positiva para o envelhecimento e, assim, abrir as portas a um novo paradigma que aposta na valorização dos papéis e nos contributos prestados à sociedade pela pessoa idosa. De acordo com esta abordagem o indivíduo maior de 65 anos é tido como o agente ativo no seu próprio processo de envelhecimento e é dotado de poder de decisão (Teixeira & Neri, 1997, cit. Rowe & Kahn, 1998).

Em resumo podemos dizer que a abordagem ao envelhecimento que Rowe e Kahn (1998) apresentaram veio sublinhar a necessidade de manutenção de um estilo de vida saudável como a realização de exercício físico adaptado à idade como forma de prevenir alguns riscos e salientava também a importância da prevenção para o bem-estar físico e, consequentemente, para a manutenção da funcionalidade física e cognitiva (Rowe & Kahn, 1998).

Outras propostas vieram apontar a mesma linha de pensamento sublinhando a necessidade de os idosos terem que desenvolver estratégias que lhes permitam o ajuste bem sucedido às perdas e às dificuldades que o processo de envelhecimento natural e biológico acarreta. Um exemplo dessas propostas é o modelo de seleção, otimização e compensação (*Selective Optimization with Compensation Model* – SOC) que Baltes e

Baltes (1990) desenvolveram. Segundo este modelo, explicado e citado por Cerrato e Trocóniz (1998), a pessoa deve fazer uma seleção daquilo que considera mais importante e interessante na sua vida e trabalhar no sentido da otimização desses recursos conseguindo assim colmatar as perdas biológicas, psicológicas e sócio-económicas que ocorreram com o envelhecimento.

Mas esta não é forma única, nem mágica, de encarar o envelhecimento e fazer dele uma fase de sucesso na vida do indivíduo. De facto, e tal como apontou Fonseca (2005), não há uma única forma de envelhecer com sucesso já que são muitos os caminhos que levam a esse destino e as formas de os percorrer também podem tomar os mais variados formatos. Esta multiplicidade é o que permite ao autor citado afirmar que diferentes pessoas podem alcançar a mesma satisfação de vida e um sucesso idêntico (Fonseca, 2005).

Para Fontaine (2000) envelhecer de forma bem sucedida implica a coexistência de três categorias de fatores sendo a primeira a minimização ao máximo da probabilidade de contrair doenças, sobretudo aquelas que condicionam a autonomia do indivíduo. A segunda das categorias apontadas por Fontaine é a manutenção de um elevado nível funcional no plano físico e cognitivo e, finalmente, o autor propõe que se aposte na conservação da atividade social e do bem-estar subjetivo.

Se tivermos em conta as palavras de Fontaine e a realidade com que nos deparamos quando se trata de avaliar a velhice vemos que a noção geral da má qualidade de vida aparece sempre associada a questões de dependência, que resulta tanto das alterações biológicas como das exigências sociais a que os idosos estão sujeitos, e autonomia. Neste âmbito a dependência pode ser encarada segundo três perspetivas, identificadas por Baltes e Silverberg (1994). Segundo estes a dependência pode ser do tipo estruturada, física ou comportamental. O primeiro destes tipos de dependência diz respeito ao valor atribuído ao indivíduo e ao facto de este ser determinado pela participação no processo produtivo; o segundo revela-se na incapacidade funcional individual que interfere na realização de atividades da vida quotidiana e o terceiro, é independente das capacidades individuais sendo socialmente induzido embora tenha uma forte ligação com as capacidades físicas de cada um.

Tendo em conta tudo o que até agora se disse podemos afirmar que a relação entre o envelhecimento e o sucesso é paradoxal pois, como já vimos, o envelhecimento representa-se através de um quadro de perdas, de declínio e, inevitavelmente, de aproximação da morte ao passo que o sucesso nos remete, *per si*, para noções de ganhos

e balanços positivos. É por isso que a tarefa de identificação de indicadores para um envelhecimento bem sucedido não pode ser tomada de ânimo leve, chegando mesmo a ser complexa pois que ela implica a interação de múltiplos critérios. Nesta equação entra em linha de conta as parcelas da longevidade; da saúde física e da saúde mental; da eficácia cognitiva; das competências sociais e da produtividade e também a do controlo pessoas e bem-estar subjetivo.

Para Néri (1993), o conceito de velhice bem-sucedida traz implícita a noção de realização do potencial que cada um tem para alcançar o bem-estar físico, social e psicológico avaliado como adequado pelo indivíduo e pelo seu grupo de idade e, a manutenção da competência em domínios selecionados do funcionamento, por meio de mecanismos de compensação e otimização.

O conjunto de idosos que perfazem uma população maior de 65 anos não é homogêneo. Os indivíduos diferem entre si, mesmo sendo membros de uma comunidade comum. Diferem ao nível do funcionamento global e também na capacidade de conhecer mudanças ambientais internas e externas à medida que a velhice acontece a avança. A capacidade de adaptação a esse suceder de mudanças é o que condiciona a probabilidade de um idoso vir a integrar-se no grupo dos “bem sucedidos”. Para se adaptar com sucesso o idoso pode vir a ter que adotar estratégias de aceitação de recursos adicionais ou de novos mecanismos de *coping*.

Baltes e Baltes (1990) desenharam um modelo daquilo que consideram ser a velhice bem-sucedida, definindo-o como modelo de otimização seletiva por compensação onde a procura de um elevado nível de ganhos se opõe à necessidade de evitar as perdas decorrentes do processo de envelhecimento. De acordo com o modelo que estes autores apresentam a velhice bem-sucedida situa-se entre três processos: a seleção; a otimização e a compensação. No processo de seleção o idoso deverá especializar-se em determinados registos de atividades física e intelectuais; no processo de otimização as atividades selecionadas serão trabalhadas em consonância com a eficácia pessoal e, no processo de compensação, o idoso vai tentar compensar da melhor forma possível as faculdades que foi perdendo com o correr do tempo. Na sequência da apresentação e explicação do seu modelo Baltes e Baltes (1990) concluíram que a velhice bem-sucedida resulta da coordenação destes três processos pois que por ela as perdas são compensadas pelos ganhos.

Lehr (1998 *cit in* Paúl & Fonseca, 2005), por seu turno, imputa o envelhecimento bem-sucedido, física e psicologicamente, a fatores de múltipla ordem, a

saber: genéticos; biológicos; ecológicos; ambientais e de socialização; de interação social; de personalidade; de inteligência e interesses pessoais; de educação; de cultura e ocupação; de nutrição e, finalmente, de saúde e atividade física. Segundo a visão deste autor envelhecer com sucesso significa adotar estratégias de *coping* adequadas para lidar com os desafios inerentes ao processo de envelhecimento. E embora estas conclusões nos possam parecer óbvias e lógicas a realidade afasta-nos desta tentação indutiva pois que, tal como lembram Paúl, Fonseca, Martín e Amado (2003, p. 166):

“a resignação com a vida e com o destino é um sentimento muito comum entre os portugueses, especialmente entre os idosos. Este sentimento, em conjunto com uma profunda atitude religiosa, define a imagem dos idosos que envelhecem com sucesso”.

De facto, no nosso país, a visão do envelhecimento bem-sucedido e até da qualidade de vida, conceito que mais à frente exploraremos, está intimamente ligada a essa capacidade de resiliência às mais variadas frustrações e perdas a que os indivíduos são sujeitos ao longo da suas vidas, ao mesmo tempo que se ajustam e adaptam às circunstâncias que condicionaram as suas caminhadas para a idade madura.

Sendo esta a realidade com que nos deparamos é pertinente que se coloque a questão “de que serve viver mais anos se estes são vividos de forma penosa, com sofrimento?” (Fernández-Ballesteros, 2002, *cit in* Paúl & Fonseca, 2005, p.14) tal como fez Fernández-Ballesteros. A única forma de contornar a pergunta e lhe dar resposta é criar condições que favoreçam um envelhecimento bem-sucedido dando “mais vida aos anos e não mais anos à vida” (Fernández-Ballesteros, 2002, *cit in* Paúl & Fonseca, 2005, p. 15). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1994) a resposta a estas indagações passa pela melhoria da qualidade de vida dos idosos através da implementação de um processo de otimização das oportunidades para a saúde, para a participação social e para a segurança. Pelo que se depreende das orientações avançadas por este organismo internacional o conceito de envelhecimento bem-sucedido está intimamente ligado ao que se considera ser o envelhecimento ativo, sendo este último explicado como o aumento da expectativa de uma vida saudável e de qualidade que considera três áreas principais de intervenção: a biológica, a intelectual e a emocional.

O envelhecimento ativo é então, de acordo com o que defende Marques (2010), “o processo de otimizar as oportunidades para a saúde; participação social e segurança” (Marques, 2010, p. 30).

Estas diretrizes constituem o grande desafio político e social da atualidade. É um desafio que passa pela tentativa de encontrar uma situação de equilíbrio entre as três

principais áreas que se interrelacionam na conceptualização do envelhecimento bem-sucedido: a promoção da saúde e a criação de sistemas de apoio formal e de apoio informal aos mais velhos.

1.2 Qualidade de vida na pessoa

Sob o ponto de vista etimológico os conceitos de Qualidade de Vida e Bem-estar parecem estar associados e até mesmo a altura em que ambos são usados pela primeira vez é muito próxima, ambas na década de 60 do século XX. No entanto, embora ainda envolva numa polissemia expressiva, a expressão “qualidade de vida” é mais lata, capaz de se significar de forma diferente a uma multiplicidade de pessoas diferentes (Carreira 2008).

O conceito de qualidade de vida é abstrato e tem em conta a pessoa enquanto ser ou sistema vivo e em ação, dizendo respeito a esse ser vivo e à sua capacidade de se autorregular em função das respostas que tem que dar perante o ambiente e as pessoas que o circundam (Parreira 2006).

Apesar de amplamente difundido nos dias que correm ainda não se pode precisar com exatidão o nascimento da expressão sobre que agora nos debruçamos mas tudo aponta para que tenha nascido no pós- segunda grande guerra e nos países desenvolvidos (Bech, 1993). Nessa altura o conceito direcionava-se a questões economicistas e só passou a ser abordado sob a perspetiva académica na década de 60 sendo que, das primeiras vezes que aparece na literatura de investigação foi sob a chancela dos investigadores Campbell, Converse e Rodgers (1976), referidos por Bech (1993) que o usaram na tentativa de explicar experiências relacionadas com o que então viriam a chamar de qualidade de vida. Para tal, estes investigadores identificaram 12 domínios representativos da qualidade de vida, a saber: a saúde; a vida familiar; as amizades; o emprego; a habitação; o casamento; o governo; a comunidade; a fé; as atividades de lazer; a situação financeira e a participação em organizações.

Alguns anos mais tarde Flanagan (1982) descreveu a qualidade de vida a partir de 15 domínios agrupáveis segundo as categorias de bem-estar físico, material e social; de relações com as outras pessoas; do desenvolvimento e das relações pessoais; da comunidade e das atividades cívicas e de recreação. A partir desta altura o conceito expande-se e passa a ser utilizado numa multiplicidade de quadrantes que foram desde a psicologia à literatura, passando pelo jornalismo mas também pela sociologia, pela

religião, pela medicina, pela economia e até mesmo pela ecologia, entre outras. Esta multiplicidade de aplicações que foram dadas ao conceito vieram conferir-lhe um estatuto de interesse geral e integrá-lo naquilo a que se chama de senso comum (Bowling, 2001). No entanto, e apesar desta tão lata abrangência o conceito não perdeu o denominador comum do interesse pelo bem-estar das populações (Vieira, 2002).

Do ponto de vista da gerontologia, aquele que mais importa para o estudo que agora desenvolvemos, o conceito de qualidade de vida remete-nos para o envelhecimento bem-sucedido e foca-se na satisfação com a vida, na satisfação moral e na motivação para uma vida ativa. Ainda assim, continua a ser uma expressão difícil de sintetizar do ponto de vista da literatura. Ruiz (2001), por exemplo, afirma que a qualidade de vida pode ser entendida através da diferença registada entre o ser e o desejar ou o ser e o ideal. Segundo esta autora a qualidade de vida, aqui apresentada com uma componente claramente subjetiva, tem a ver com a saúde mas não está totalmente comprometida com ela, pois também diz respeito ao ambiente, ao salário, ou à reforma, e ao estilo de vida.

Já para Leal (2008, p.7) este é um conceito “complexo, ambíguo, lato, volúvel” diferente em cada cultura, a cada época e desigual até mesmo de indivíduo para indivíduo. De acordo com a perspetiva defendida a complexidade é ainda maior se considerarmos que até mesmo no que diz respeito aos indivíduos o conceito tende a modificar-se à medida que as vidas fluem. “O que hoje é boa qualidade de vida, pode não ter sido ontem e poderá não ser daqui a algum tempo” (Leal, 2008, p. 8). Assim, e na sequência desta lógica Leal (2008) afirma que a “a qualidade de vida está diretamente relacionada com a perceção que cada um tem de si e dos outros, do mundo que o rodeia e que pode ser avaliada mediante critérios apropriados, tais como a educação, a formação de base, a atividade profissional, as competências adquiridas, a resiliência pessoal, o otimismo, as necessidades pessoais e a saúde” (Leal, 2008, p.14).

Continuando a observar o conceito à luz dos estudos de Leal e tentando direccionar o foco do que a autora nos transmite para o cerne do nosso estudo, (a lembrar: a qualidade de vida dos gerontes), devemos ainda ter em conta que para esta autora a qualidade de vida se explica num âmbito multidimensional (biológico, psicológico, económico e cultural) e que, na perspetiva biológica o conceito é entendido como “a perceção que o indivíduo possui da afeção física” (Leal, 2008, p. 16) ou seja, da “capacidade que supõe ter para realizar determinadas tarefas” (idem). Na ótica da economia a qualidade de vida é entendida em função do suporte financeiro e dos bens

materiais que cada indivíduo tem, sendo que aqui, neste quadro, o enfoque também é colocado na forma como o indivíduo valoriza esses bens de que dispõe. Neste âmbito a qualidade de vida não se descreve pela quantidade mas, principalmente, pelos sentimentos do indivíduo em relação à quantidade.

Já sob a perspetiva cultural a autora defende que esta se vai alterando à medida que os anos passam e em “função das exigências da sociedade, do desenvolvimento da tecnologia e da ciência, e do próprio poder económico”. Finalmente na análise que faz à qualidade de vida na perspetiva psicológica, Leal (2008, p. 23) defende que esta “depende totalmente da personalidade de cada um”, podendo, no entanto, ser sistematizada como a “autoestima e o respeito pelo seu semelhante, saber ultrapassar as adversidades da vida mantendo o equilíbrio mental, é saber aproveitar os momentos de felicidade, é saber manter relações sociais, é ter boas expectativas em relação ao futuro, é ajudar o próximo, é ser fiel a si próprio, é gostar da vida” (Leal, 2008, p. 24).

Quando considerado sob o ponto de vista da gerontologia, e de acordo com a proposta de Vecchia *et al.* (2005) o conceito apresenta-se relacionado com a autoestima, com o bem-estar pessoal, com a capacidade funcional, com o nível sócio-económico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o autocuidado, o suporte familiar, o próprio estado de saúde, os valores culturais, éticos e a religiosidade, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou com atividades diárias e o ambiente em que se vive (Vecchia *et al.*, 2005).

Tal como acontece com o conceito qualidade de vida arreigado de questões etárias também quando é levada em conta enquadrado na terceira idade ele aparece envolto numa multiplicidade concetual e deve ser analisado na sua perspetiva global e na perspetiva individual até porque “o factor individual surge como determinante para se afirmar a existência de um caminho único de envelhecimento, podendo diferentes pessoas percorrerem diferentes percursos de envelhecimento com uma idêntica qualidade de vida” (Fonseca, 2005)).

Na tentativa de esclarecer estas partes teóricas vinculadas a um nexos comum e também de as sintetizar, nunca esquecendo o quão complexo o conceito é, podemos então avançar para a definição proposta pela Fundação MacArthur (1984-1998) segundo a qual envelhecer com qualidade de vida é “manter um baixo risco de doença, manter um funcionamento físico e mental elevado e manter um envolvimento/compromisso ativo com a vida” (Fundação MacArthur, 1984-1998).

Esta proposta de esclarecimento do conceito, que prima, entre outros motivos, pela clareza e capacidade de síntese, não se distancia muito daquela que a OMS divulgou, e que, também a considerando na perspectiva do envelhecimento saudável, se traduz no seguinte: Qualidade de vida é a percepção que o indivíduo tem da sua posição na vida dentro do contexto da sua cultura e do sistema de valores de onde vive, e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Trata-se de um conceito muito amplo, que incorpora de uma maneira complexa a saúde física de uma pessoa, o seu estado psicológico, o seu nível de dependência, as suas relações sociais, as suas crenças e a relação com características proeminentes do ambiente (OMS, 1994). Para a OMS estes determinantes de qualidade de vida dos indivíduos vão sendo fixados à medida que este envelhece e vai dando conta da sua capacidade de manter, ou não, autonomia e independência (OMS, 1994).

Feita esta resenha da literatura acerca do termo qualidade de vida e das suas implicações junto da população mais envelhecida, deixando ainda em parêntese a informação de que foram deixados de fora com propósito sintético os indicadores de referência para a qualidade de vida e a sua explicação, vamos agora abordar o conceito a partir do contexto que mais nos interessa estudar, o português. Ao ligar os vetores deste panorama, (qualidade de vida – Portugal), o termo que salta imediatamente à vista dos investigadores Fonseca et al. (2003) é o de “resignação”, pois, tal como defende esta é a terminologia que melhor explica as diferenças que separam os idosos portugueses de todos os outros que habitam no norte da Europa. Fonseca et al. (2003) explica que “ao contrário certamente daquilo que sucede nos países do norte da Europa a resignação com a vida e com o destino é um sentimento muito comum entre os portugueses, especialmente entre os idosos. Este sentimento, em conjunto com uma profunda atitude religiosa, define a imagem dos idosos que envelhecem com sucesso” (Fonseca et al., 2003).

Outro dos parâmetros que estes autores consideraram na sua avaliação à qualidade de vida do geronte português foi a solidão. Na verdade não parece possível, nos dias que correm falar de qualidade de vida e de idosos sem que se acrescente ao tema este fator que tem sido alvo de atenção tanto por parte de investigadores como da sociedade em geral. No âmbito da avaliação dos impactos que a solidão tem sobre a qualidade de vida das pessoas idosas Fonseca et al. (2005) chegaram à conclusão de que este parâmetro tem incidências diferentes quando avaliado sob o ponto de vista dos

idosos que vivem em comunidades urbanas e os que vivem em comunidades rurais, sendo que se sentem muito mais só os primeiros.

As grandes diferenças entre o rural e o urbano no que respeita ao ambiente físico e social, à história de vida e ao estilo de vida dos indivíduos, parecem interferir no sentimento que denota a solidão. Para além do que se diz atrás, as atitudes em relação ao próprio envelhecimento são consideradas negativas nos idosos urbanos e o mesmo acontece com os sentimentos de ansiedade e agitação. Já os idosos rurais apresentam uma condição em relação ao envelhecimento com qualidade mais positiva mostrando ser mais ativos e autónomos. Segundo Paúl (2005) neste grupo de gerontes as principais transições da vida acontecem com mais suavidade sem provocar roturas assinaláveis.

Levando em conta todos estes fatores Fonseca (2005) propõe que se adotem um conjunto de estratégias que visam a promoção da qualidade de vida dos indivíduos idosos e que possam garantir que a passagem dos anos, nesta última fase de vida, ocorra de forma serena. As medidas propostas são as que se apresentam a seguir:

- “Estabelecer atividades que facilitem a transição da vida profissional para a reforma de uma forma pacífica;
- Procurar envolver os indivíduos não ativos em atividades e projetos culturais, sociais e afins;
- Evitar a ditadura do relógio social;
- Não cair na armadilha da idade;
- Estimular as capacidades cognitivas;
- Evitar o isolamento e promover a ligação aos outros;
- Investir nas relações intergeracionais;
- Promover meios que proporcionem aos idosos a manutenção de um estilo de vida saudável;
- Promover as atitudes positivas e otimistas face à vida.” (Fonseca, 2005, p. 65)

Assim temos que, se torna necessário construir e implementar um conjunto de respostas diversificadas, adequadas e acessíveis que permitam que o geronte alcance progressivamente uma cada vez maior qualidade de vida.

Atualmente já existem vários serviços e políticas direcionadas para o envelhecimento, sobretudo ao nível da saúde e dos cuidados continuados, mas fica em

aberto a questão de se saber se estes são suficientes e, sobretudo, se estão direccionados para as necessidades deste público-alvo.

2. Educação na idade idosa

A educação é um direito constitucional afeto à terceira idade no Capítulo III (Direitos e deveres culturais), n.º 1 do artigo 73.º da Constituição da República Portuguesa (CRP).

O texto constitucional que garante o direito à educação dos idosos é lacónico “todos têm direito à educação e à cultura” (CRP, cap. III, Art. 73, n.º 1) mas esta determinação vai mais longe e explica-se melhor logo no número seguinte do mesmo artigo onde se lê: “o Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva.” (CRP, cap. III, Art. 73, n.º 2).

Perante estas determinações constitucionais pouco mais nos resta acrescentar sobre o direito à educação na terceira idade mas abordar este tema não é só determinar se a educação está prevista ou não é preciso aprofundar o estudo do ponto de vista da própria educação, é preciso considerar os níveis de oferta a que a educação está votada e, em último caso, verificar se de facto a determinação constitucional é posta em prática nas vertentes a que se refere o n.º 2 do artigo 73.º do capítulo III da CRP.

Para começar temos o facto de esta primeira consideração, que os idosos têm direito à educação, nos remete para a noção de que a possibilidade de envolvimento em atividades lúdicas e de aprendizagem por parte dos indivíduos maiores de 60 anos não tem como objetivo a preparação para o emprego, tal com o acontece com a educação juvenil, uma vez que a maioria deste público-alvo já está afastada da vida ativa.

Na verdade as razões que justificam estas atividades são, sobretudo, de natureza cultural, social e cívica, podendo também servir de contributo e favorecimento a uma maior adaptabilidade a mudanças, facultando ao indivíduo o acesso à cultura e ao conhecimento (Canário, 1999).

Ciente de que a educação é um processo permanente Osório (2005) refere-se a ela como uma ação educativa que não se esgota “nas primeiras etapas da vida (formação

inicial), nem pode reduzir-se ao tempo laboral (formação contínua) ” (Osório, 2005, p. 262).

Este autor apresenta-nos a educação permanente sob três aspetos importantes. Segundo ele a educação:

“corresponde a todas as etapas da vida humana e deve adaptar-se a graus crescentes de maturidade; deve definir os procedimentos; deixará de ser uma mera adaptação às condições mutáveis, passando a constituir o fator mais importante de libertação, de coragem e, definitivamente de vida autêntica” (Osório, 2005, pp. 13-14).

Osório (2005) acrescenta ainda que “ a educação permanente não pretende criar um sistema paralelo ao sistema escolar ou universitário, mas englobar todas as formas de educação, a totalidade da população e as idades da vida” (Osório, 2005, p. 17).

Já para Canário (1999) a educação de adultos era vista como um processo que se distribui por três planos distintos mas correlacionados. Um desses planos diz respeito às práticas educativas e compreende as finalidades dessas práticas, os modos e o público a quem a educação é dirigida. Outro dos planos sugeridos por Canário (1999) é o de que as instituições estejam implicadas de forma direta ou indireta nos projetos de educação de adultos. Finalmente temos o plano que diz respeito ao educador ou formador de adultos.

O resultado mais evidente e incontestado da educação é a aprendizagem e esta reconhece dois fatores interrelacionados: “a aprendizagem é feita ao longo da vida e a toda a “largura” da vida, ou seja, ela não se restringe ao sistema escolar. Entender a aprendizagem como o resultado esperável da educação, da formação e da capacitação de idosos implica também aumentar a consideração da potencialidade cognitiva de aprendizagem de todos os sujeitos, independentemente do quadro cronológico, bem como da sua dignidade como sujeitos de aprendizagem” (Martín *cit in* Osório & Pinto, 2007, p. 58).

Atualmente o conceito da educação de adultos já não constitui grande novidade. Este conceito foi sendo absorvido tanto do ponto de vista académico como social de forma cada vez mais explícita e em consonância com a expansão e desenvolvimento das suas práticas e modos de organização, tendo sido acompanhada em simultâneo pela evolução do pensamento e reflexão dos fenómenos sociais que a ela se ligavam. Ao longo dos últimos 50 anos esta transformação social que veio trazer os adultos, e mais tarde, os idosos, para o mundo da educação observaram-se três fases capazes de serem caracterizadas tendo em conta os objetivos a que a educação sénior se propunha.

Na primeira fase a educação de adultos apareceu ligada à reconstrução de uma identidade cívica para a paz. Depois, num segundo momento, ela foi encarada como condição do desenvolvimento, sendo que este era entendido, essencialmente, do ponto de vista do crescimento económico. E, finalmente, a educação de adultos passou a ser apresentada como chave do desenvolvimento humano sustentável e da emergência de uma sociedade com cidadania.

Em 1996 a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), considerando a importância do assunto que trazemos sob observação, levou a cabo uma conferência que visava analisar a questão da aprendizagem contínua. Ali consagraram-se quatro pilares fundamentais para esta temática: “aprender a fazer, aprender a ser, aprender a compreender e aprender a viver juntos” (Longworth, 2005, p. 29) e estes pilares vieram situar de novo “as necessidades e as exigências do indivíduo como objeto da atividade educativa” (idem).

Um ano depois uma outra conferência internacional teve lugar em Hamburgo e dali saiu a seguinte definição para a educação de adultos:

“O conjunto de processos de aprendizagem formal ou não, graças ao qual as pessoas cujo meio social as considera adultas desenvolvem as suas capacidades, enriquecem os seus conhecimentos e melhoram as suas competências técnicas ou profissionais, ou as reorientam a fim de atender às suas próprias necessidades e às da sociedade. A educação de adultos compreende a educação formal e a educação permanente, a educação não formal e ocasional existente numa sociedade educativa multicultural, na qual se reconhecem os enfoques teóricos e os que se baseiam na prática” (Osório, 2005, p. 59).

Quanto à educação para os maiores de 60 anos a mesma Conferência definiu o seguinte:

“A intervenção educativa com idosos pode ser implantada no quadro de ações em que participam os adultos em geral, tais como, programas de desenvolvimento comunitário, atividades próprias da educação popular (participação cívica, recuperação de tradições populares), ações de educação para o desenvolvimento, de solidariedade e cooperação social (voluntariado, grupos de autoapoio e de autoajuda, etc.), ou, em programas de educação e formação básicas. Por outro lado, é necessário especificar também que todas as intervenções devem atender ao princípio da individualidade, neste caso, considerar que cada idoso tem as suas capacidades, interesses e necessidades próprias e específicas e, como tal, precisará de uma atenção particularizada, mesmo que esta seja dada no seio de um grupo” (Martín *cit in* Osório & Pinto, 2007, pp. 59-60).

Considerando as diretivas veiculadas em ambas as conferências a que fizemos alusão podemos dizer que estas colocam um desafio às sociedades modernas, um desafio que tal como Ferreira (2006) sustentou passa por “encarar as questões do envelhecimento da população como o estudo das possibilidades efetivas de se congregarem saberes e necessidades de uma população menos jovem” (Ferreira, 2006, p. 2). De acordo com este autor podemos então avançar que as sociedades modernas devem trabalhar no sentido da promoção do ensino direcionado para os idosos e, simultaneamente, promover atividades de inserção social ao nível da cidadania, permitindo às pessoas que vivenciam esta etapa do ciclo de vida uma melhor qualidade de vida. Sendo que, do ponto de vista dos idosos, esta é a fase ideal para que considerem, se a sociedade lhes fornecer instrumentos para tal, a possibilidade de realizar pequenos sonhos que a vida, e principalmente a juventude, lhes foi empurrando para o campo do não concretizável.

Neste sentido são cada vez mais prementes atividades que valorizem o idoso, que valorizem os seus saberes e a sua auto estima e que os façam encarar a velhice e a reforma como um novo patamar da vida e não como o último passo a dar antes do fim. É urgente, ainda que alguns setores da sociedade já vão dando conta de algumas atividades, que se comece a estruturar uma mudança de mentalidades, tomando medidas para que os mais velhos possam ter uma participação mais ativa na comunidade, promovendo fluxos intergeracionais, valorizando os seus conhecimentos e competências.

Aprender, na idade madura, tem vantagens inegáveis ao nível da melhoria da qualidade de vida do geronte. Vantagens que Tamer e Petríz (2007) apresentam assim: “O tempo de vida na velhice pode ser um tempo vital, de desenvolvimento, se for percebido pelos idosos como:

- uma nova situação de crescimento, ao dar lugar à diversidade e ao promover a expressão da originalidade (autoafirmação no seu novo modo de ser);
- uma nova oportunidade para o devir humano, com uma força social ainda por descobrir, por aproveitar;
- uma prática educativa que considere tanto o seu conteúdo, como a forma de os ocupar com aprendizagens significativas orientadas para novas funções sociais e ocupações vitais;
- a eliminação de todas as formas de violência e discriminação contra idosos;

- a promoção e proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, incluindo o direito ao desenvolvimento;
- o esforço concertado de adoção de uma abordagem ampla e equitativa em matéria de integração de políticas sociais.
- o reconhecimento da importância decisiva da interdependência, da solidariedade e da reciprocidade entre gerações para o desenvolvimento social. (Tamer & Petriz *cit in* Osório & Pinto, 2007, pp. 200 -201).

Outra das vertentes que deve ser considerada quando se fala de educação de idosos é a capacidade cognitiva dos mesmos pois, tal como Paúl e Fonseca (2001) corroboram, parece haver um senso comum que aponta para um decréscimo na capacidade da memória a curto prazo neste grupo etário. Estes autores defendem que a ideia da inteligência declinar progressivamente com o avançar da idade é mais um mito do que, propriamente, realidade uma vez que cada vez mais investigadores vão abordando esta temática sob o ponto de vista da inteligência fluida e cristalizada. (Paúl & Fonseca, 2001).

Fontaine (1999) defende que a inteligência fluida se revela através das atividades de compreensão das relações entre dados novos de natureza espacial ou verbal, da construção de inferências e de implicações. Segundo esta linha de pensamento podemos afirmar que a inteligência fluida não é “uma competência estática, mas sim como uma perpétua elaboração de estratégias que mobilizam saberes já adquiridos e que integram novas informações” (Fontaine, 1999, p. 94). Cientes destas qualidades Paúl e Fonseca (2001) vão mais longe e acrescentam que este tipo de inteligência não pode ser observada em separado dos contextos e dos conhecimentos culturais que envolveram os idosos ao longo da sua vida.

Por seu lado, a inteligência cristalizada, tem a sua base nos conhecimentos académicos e é através deste que se vai revelando. Assim a inteligência cristalizada tem uma ligação direta com as atividades ligadas à profundidade do saber e da experiência, assim como do julgamento da compreensão das relações sociais, das convenções e das habilidades do comportamento (Fontaine, 1999).

A inteligência fluida e a inteligência cristalizada são percecionadas de forma diferente ao longo da vida. A primeira tende a sofrer um declínio ao longo das etapas do ciclo vital, ao contrário da segunda, a cristalizada, não só se mantém estável como pode mesmo vir a melhorar com o passar dos anos e a entrada na idade madura.

Como forma de contrariar em definitivo a noção do senso comum que aponta para um declínio cognitivo na velhice, Guerreiro (1988, *cit in* Paúl & Fonseca, 2001) defendia a adoção de “medidas ambientais compensatórias de um eventual empobrecimento cognitivo associado a certas variáveis biológicas”. Sempre sublinhando a ideia de que não existem evidências que comprovem a existência de um declínio cognitivo geral a acompanhar o envelhecimento normal, este autor apontava a criação das medidas atrás referidas como “fator imprescindível para combater a concepção fatalista de que o idoso não é capaz de perceber, de fazer e de aprender” (Paúl & Fonseca, 2001, p. 118).

2.1 Educação Não Formal

A educação assume um papel de inquestionável importância nas sociedades modernas. É com ela que se trabalha o desenvolvimento da inteligência individual através da aquisição de conhecimentos (Durkheim, 1973).

Quando entendida do ponto de vista da sociologia, nomeadamente por Durkheim, já que a ele nos reportamos na abertura deste texto, a Educação traduz-se numa doutrina pedagógica que tem por base um processo que emerge das famílias, da igreja, da escola e da comunidade (*idem*). Esta definição, aqui muito resumida, aponta desde logo a educação para algo mais do que as escolas, e desde logo também segue num sentido diferente do muitas vezes propalado pelo senso comum que se habituou a entender a educação enclausurada atrás das cercas e vedações das escolas tradicionais.

De facto existe um espaço social para a educação que extravasa a escola, formalidade educacional, tal como Rui Canário afirmou, a educação não acaba nas escolas nem se encerra nelas e reveste-se de múltiplas formas. Ela é, diz este autor, “um processo permanente em que, como ser inacabado e curioso, a pessoa afirma e constrói a sua especificidade humana, interrogando-se, construindo conhecimento sobre o mundo e sobre a forma de nele intervir. É neste sentido que é possível sustentar que o ato de aprender é tão necessário, natural e inevitável como respirar.” (Canário, 2006, p. 12).

Esta consciência da existência de variadíssimas formas de apreender e de se ser socializado fora da escola veio dar origem a uma outra definição de educação, retirada do seu plano informal, onde também se inscreve o “todos” da nossa Constituição e a que atualmente se chama de Educação Não Formal, uma educação que acontece fora

das escolas mas que é planeada e organizada tendo por base objetivos pedagógicos. Esta educação parte da necessidade dos participantes das ações educativas e não acarreta quaisquer tipos de preocupações certificativas. Ela é singular, é adaptável e flexível a horários, programas e locais.

A sua importância é tal que esta forma de educar já faz parte do discurso internacional sobre política da educação desde o final dos anos 60 do século passado e, nesta perspetiva, ela é analisada tendo em vista o aprofundamento das matérias relacionadas com todos os planos educativos que se processam fora das escolas pois que a este tipo de educação compete a instrução permanente de adultos, a inserção social de pessoas inadaptadas e portadoras de deficiência e também está orientada para outro tipo de ações socioeducativas, sobretudo aquelas que visam minorar as distâncias que a Educação Formal provoca entre os grupos sociais.

Estes e outros problemas sociais foram tidos em consideração pela União europeia que em 1995 redigiu o “Livro Branco” sobre educação e formação onde logo de início se pode ler que a “mundialização das trocas, a globalização das tecnologias e, sobretudo o advento da sociedade da informação aumentaram as possibilidades de acesso dos indivíduos à informação e ao saber. Mas, ao mesmo tempo, todos estes fenómenos arrastam consigo uma modificação das competências adquiridas e dos sistemas de trabalho. Para todos esta evolução fez aumentar a incerteza; para alguns criou situações de exclusão intoleráveis” (Comissão Europeia, 1995, p. 16). Perante estas situações “intoleráveis” propõe-se o estabelecimento de um novo modo educativo, de uma educação que passa-se a ser vista e realizada em função da ajuda educativa a pessoas e grupos que fazem parte dos conjuntos menos favorecidos e proponha-se que a função deste campo educativo tivesse validação constitucional.

De um ponto de vista concreto depressa se percebeu que esta Educação Não Formal tinha uma área de atuação quase do tamanho das regiões onde houvesse de ser implementada e também o tamanho de todas as áreas sociais. António Petrus, que classificou o Educador Social como o agente privilegiado deste género de educação disse que ela, a Educação Não Formal, era sinónimo de correta socialização; pressupunha intervenção qualificada; se referia à aquisição de competências sociais; representava o conjunto de estratégias e intervenções sócio-comunitárias no meio social; era concebida como formação social e política do indivíduo; atuava na prevenção de desvios sociais; definia-se como trabalho social programado e realizado na perspetiva

educativa e não na assistência social, em suma, assumia a responsabilidade da educação da sociedade em todas as suas áreas (Petrus, 1994).

2.2 Analfabetismo, Iliteracia e Literacia

No dicionário (Priberam da Língua Portuguesa) a palavra analfabetismo aparece-nos como o léxico que traduz a ausência completa de instrução e é, neste caso em concreto, igualada a iliteracia. Ser-se analfabeto é, de acordo com a significância verbal e com o senso comum, não saber ler nem escrever, não saber fazer contas, nunca ter ido à escola.

Nos dias que correm em que as instituições de ensino, dos vários níveis em que o ensino foi oficialmente estratificado, se espalham um pouco por toda a parte e em que a frequência dos mesmos é uma obrigatoriedade legal até uma idade mínima, seria, tendo em conta estes preceitos legislativos, muito improvável admitir que existem pessoas analfabetas no nosso país e, se o houvesse, esses seriam os mais velhos, sobretudo as mulheres, porque a história nos diz que para elas as escolas estiveram fechadas durante muito mais tempo.

Uma breve análise à lei, começando pela leitura da Constituição da República Portuguesa no seu artigo 74.º, seria o suficiente para justificar estas predeterminações pois que este item constitucional garante o ensino como direito universal e prevê para o Estado o dever de assegurar o ensino básico, universal, obrigatório e gratuito.

No entanto estas suposições não correspondem à realidade. Apesar dos esforços estatais e da legislação, Portugal continua a apresentar taxas de analfabetismo indesejáveis, tanto maiores se entendidas no âmbito, um pouco mais alargado, que a palavra iliteracia confere a esta problemática, ou seja, se avaliadas em número daqueles que, apesar de terem aprendido as letras, e de as lerem, não serem capazes de as perceber, ou interpretar o que está escrito.

Uma notícia, selecionada por nós aleatoriamente após uma simples pesquisa no motor de busca Google, divulgada pela Rádio TSF em 2004, dava conta de que nosso país existia mais de um milhão de analfabetos e que esses números dotavam Portugal da classificação de país europeu com a maior percentagem de pessoas analfabetas.

Outra notícia, pesquisada da mesma forma, datada de 2009 e recolhida no Público não mostra grandes avanços dos números face ao ano da notícia que apresentamos anteriormente. Segundo este jornal, em 2009, o analfabetismo em

Portugal exibia uma taxa de 9%, o que correspondia a uma estatística de em cada 100 indivíduos, com 10 ou mais anos de idade, 9 não saberem ler nem escrever.

Antes de avançarmos para o desenvolvimento do contexto que justifica a presente intervenção convém estabelecer um apontamento para dar conta da introdução no presente texto da palavra iliteracia, que, como se entendeu, está diretamente relacionada com o termo analfabetismo mas terá, como vamos ver, uma amplitude diferente pois que alarga o conceito de analfabeto para um maior e substancial número de pessoas: aquelas que sabendo ler, não são capazes de fazer uma interpretação correta do que está escrito e até mesmo aquelas que não são capazes de usar noutros contextos as palavras lidas.

Entender o conceito de iliteracia será o mesmo que compreender o seu antónimo: Literacia e este, segundo Sebastião et al. (1998), remete para a capacidade de processamento, na vida diária (social, profissional e pessoal), de informação escrita de uso corrente contida em materiais impressos vários (textos, documentos, gráficos). Este conceito, atualmente já bastante difundido no nosso vocabulário, define-se por duas características nucleares: “a) por permitir a análise da capacidade efetiva de utilização na vida quotidiana das competências de leitura, escrita e cálculo; b) e por remeter para um contínuo de competências que se traduzem em níveis de literacia com graus de dificuldade distintos” (Sebastião et al, 1998., p. 4).

João Sebastião e os investigadores que tomaram parte com ele do estudo Nacional de Literacia, levado a cabo entre 1994 e 1996, empreendido pelo instituto Nacional de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, situou a população portuguesa em cinco níveis de literacia fazendo corresponder ao nível zero as pessoas totalmente incapazes de resolver as tarefas que lhes foram propostas no âmbito do estudo e no nível um os indivíduos que se desenvenceram perante as tarefas mais simples que implicavam apenas “a identificação de uma ou mais palavras num texto, a sua transcrição literal ou a realização de um cálculo aritmético elementar a partir da indicação direta da operação e dos valores”, (Sebastião et al., 1998, p.4).

Para os níveis dois foram remetidas as pessoas que deram conta de alguma desenvoltura no processamento de informação algo mais elaborado, fazendo associações entre palavras ou expressões encontradas em suportes impressos. Tal como o patamar do nível evidencia, estas tarefas, ainda que completas, não denunciam um grau de exigência elevado. O terceiro nível de Literacia classificado por estes investigadores

implica a capacidade de seleccionar e organizar informação, relacionando ideias contidas na mesma e fundamentando a partir delas uma conclusão.

Finalmente, no mais alto patamar da classificação de Literacia os autores deste estudo nacional colocaram os indivíduos capazes de dar resposta às tarefas mais exigentes de toda a prova, tarefas essas que implicavam a capacidade de “processamento e integração de informação múltipla em textos complexos, a realização de inferências de grau elevado, a resolução de problemas e a eventual mobilização de conhecimentos próprios”, (Sebastião et al., 1998, p.6).

Perante esta colocação nivelada da Literacia somos levados a concluir que o problema social que a mesma acarreta é complexo e não deve ser abordado no sentido da solução de uma mesma forma.

Nos resultados apresentados deste importante Estudo Nacional de Literacia o primeiro apontamento vai para o facto de esta problemática estar relacionada com a “existência de fortes desigualdades sociais ao nível da distribuição das competências de literacia” (Sebastião et al., 1998, p. 7), uma opinião que outros autores defendem e em que muitos sustentam as suas propostas de intervenção no combate aos números que continuam a preocupar os governantes e outros agentes da promoção da qualidade de vida dos portugueses. Tanto mais que, como referem Costa et al. (2000), no documento “Literacia, Problemáticas e Estudos” “A capacidade de usar informação escrita, de forma generalizada, tornou-se vital num mundo em que a informação e o conhecimento constituem fatores decisivos da vida social, a todos os níveis”, (Costa et al., 2000, p.12).

De facto, a Literacia, ou o grau que cada um tem da mesma, parece estar intimamente relacionada com a vida profissional dos indivíduos mas também surge em domínios como os do “lazer, do acesso à cultura ou do exercício da cidadania”, (Costa et al., 2000, p.13), e interfere no modo como cada um se evidencia em cada um destes planos. Nas sociedades atuais, altamente informatizadas e evoluídas do ponto de vista tecnológico o grau de conhecimentos, de capacidades de literacia, de cada um condiciona o seu desempenho no mundo do emprego e das suas relações pessoais com as comunidades. Se o grau de exigência profissional tende a aumentar é natural que os indivíduos pouco escolarizados, analfabetos ou iletrados, não consigam um lugar no mundo do trabalho, resultando daqui a sua exclusão social.

2.3 Literacia e aprendizagem da leitura e da escrita

Em 1994 Gauthié disse “as pessoas pouco alfabetizadas e pouco qualificadas têm cada vez mais dificuldade de arranjar um emprego e de o manter. O iletrismo não diz apenas respeito a alguns jovens que tenham deixado prematuramente a escola ou a grupos precisos de desempregados, mas também a adultos em plena atividade” (Gauthié, 1994, p.17) e, no mesmo ano a OCDE lembrava que “é reconhecido que a capacidade das empresas e dos países de responder aos desafios económicos depende estreitamente do nível da alfabetização da população ativa” (OCDE, 1992). Estas duas afirmações, e outras tantas que sobre esta temática existem no âmbito académico, são desde logo o garante de que não pode haver desenvolvimento sem o conhecimento das letras e que esse conhecimento, ou o problema da falta do mesmo, está diretamente relacionado com a exclusão social tanto no sentido em que esta impede o acesso à Literacia como no sentido de que a baixa Literacia impede o acesso a melhores condições de vida.

“À pobreza associam-se, ainda, níveis de escolaridade mais fracos e tardios, saídas precoces do sistema educativo, e reprovações, tudo isto resultando numa maior proporção de analfabetos e de pessoas com muito baixa escolaridades” (Almeida, 1992, p.10).

Determinar as causas que estão por detrás dos números da iliteracia em Portugal, sublinhada que está a exclusão social como fator e consequência, não é o mote principal do nosso estudo embora não possamos avançar no mesmo sem que as referências atrás apontadas tivessem sido abordadas, o nosso principal objetivo é, isso sim, sublinhar a leitura e o aumento da Literacia como meio para o combate à exclusão social pois que nós, como Oliveira, acreditamos que a aprendizagem da leitura favorece uma melhor integração dos indivíduos na sociedade (Oliveira, 1978).

Já vimos que ler não é apenas compreender os signos letras e articular os sons que cada um desses signos representa, que esse ato em termos de níveis de Literacia não se classifica acima do nível um, ler é, então, conseguir extrair sentido do texto e, mais do que isso, conseguir produzir conhecimento a partir desse sentido. A leitura tem uma componente interpretativa mas também deve ter uma componente cognoscitiva, essa é a leitura que satisfaz a necessidade de desenvolvimento pessoal, de desenvolvimento crítico, que vai conferir aos indivíduos ferramentas pessoais e de auto-estima capazes de lhes proporcionar oportunidades sociais e um maior grau de qualidade de vida.

Ler, no entanto, não é possível sem que o processo de alfabetização aconteça, sem que os indivíduos sejam sujeitos a ele, não importando, para nós, se esse processo ocorre ao nível da escolaridade formal ou fora dela. Sendo até, que no caso de adultos iletrados, jovens e adolescentes com histórico de abandono escolar, essa alfabetização possa ocorrer através de ações de incentivo veiculadas pela educação não formal.

2.4 Literacia e Cidadania

A literacia não é uma condição *sine qua non* à sobrevivência quotidiana do geronte, nem de qualquer outro indivíduo em faixas etárias diferentes, uma vez que o ser humano encontra sempre alternativas que lhe permitem contornar as exigências da leitura e da escrita. No entanto ela importa, e muito para garantir a todos uma “cidadania saudável”. O termo aplicado é uma tentativa de fundamentar a ideia de que, atualmente, as questões de cidadania mais básicas não podem ser garantidas sem que a literacia se verifique.

Aspetos como o acesso ao emprego, à cultura e à própria participação cívica não podem ser processados de igual forma por um indivíduo letrado e por outro que não tenha ainda aprendido a ler e a compreender o que lê.

O gozo pleno da literacia faz, definitivamente, a diferença entre situações de exclusão social e situações de cidadania efetiva, porque só através dela é que o indivíduo pode processar as informações que lhe vão chegando, sobretudo aquelas que vêm na forma escrita.

Se considerarmos que a Participação social é um dos preceitos básicos e fundamentais apontados pela OMS para um envelhecimento bem sucedido, que se efetiva no projeto Cidades Amigas das Pessoas Idosas (OMS, 2009) que esta organização internacional implantou e onde se aponta a categoria Participação como um dos terceiros pilares, a par da Segurança e da Saúde, para a efetivação do envelhecimento com sucesso, podemos aferir ainda com mais evidência da importância da literacia, sobretudo no que toca à cidadania.

Neste projeto em particular a OMS considera que só pode haver Participação social em pleno se as entidades políticas e sociais forem capazes, entre vários outros fatores que agora dispensamos analisar, de fornecer informação sobre atividades e eventos, incluindo detalhes acerca das acessibilidades e dos transportes; de promover ações de formação e sensibilização sobre a saúde e a própria ação social que pode beneficiar os idosos. Ainda no que concerne a este projeto das Cidades Amigas das

Pessoas Idosas o item “Participação cívica e emprego” dá conta do quão importante é a literacia nesta relação geronte-comunidade. Aqui a OMS propõe que existam opções flexíveis para voluntários com ações de formação, reconhecimento e orientação. No seguimento da ideia que temos tentado passar o tópico em que a importância da literacia mais se destaca, de acordo com a OMS (2009) é o que diz respeito à comunicação e informação uma vez que nesta área são apontados como fundamentais itens que exigem a existência de um sistema de comunicação básico e de um sistema de distribuição de informação regular. Ora se o público-alvo destes sistemas for iletrado eles não vão ter qualquer tipo de retorno positivo.

Na verdade, e tal como preconizou Ávila (2005) a literacia é o verdadeiro garante da autonomia e é também a garantia dos idosos de terem possibilidades efetivas do exercício da cidadania no que respeita à utilização da informação escrita. A falta dela pode implicar o estar sujeito a situações de vulnerabilidade ou exclusão social (Ávila, 2005).

O evoluir das sociedades, agora altamente sujeitas aos ditames das novas tecnologias, veio evidenciar ainda mais esta necessidade de literacia para um bom exercício da cidadania sendo que as maiores implicações para os que não dominam a leitura passam pela dependência de terceiros e pelo afastamento direto do acesso à cultura e à informação que é transmitida através da escrita (Ávila, 2005).

Em termos etimológicos, e considerando esta realidade, podemos dizer que as pessoas que não sabem ler sofrem de “lite exclusão”, sendo que este novo termo se define como a dimensão da exclusão social que revela incapacidades processuais de relação e utilização da informação escrita. A “lite exclusão” tem consequências sociais negativas para os indivíduos (Gomes, 2002).

Segundo Machado (1996) a “lite exclusão” é muito patente em comunidades imigrantes e aí, uma vez que foi nestas comunidades que o autor observou os resultados da falta de literacia, verifica-se a restrição de alguns membros a circuitos sociais informais, sendo muito visível neste grupo de indivíduos situações de habitação clandestina, situações de ausência de trabalho, de ausência de declaração fiscal de rendimentos e descontos para a segurança social (Machado, 1996). Da falta de literacia, diz este investigador, resulta o atrofamento da cidadania enquanto sistema de direitos e deveres.

2.5 Motivações e expetativas

O adulto que sabe ler e escrever tem, de um modo geral, uma maior autonomia e tem também a possibilidade garantida de ir aumentando essa autonomia à medida que mais leituras for fazendo. As pessoas que sabem ler dependem de si mesmas para a realização das tarefas do quotidiano que implicam o domínio do código escrito. Elas têm maior possibilidade de integração no mercado de trabalho e, por conseguinte, veem aumentadas as suas expetativas em relação à qualidade de vida.

No entanto, e apesar do que se diz, muitos adultos, e muitos idosos não sabem ler, tal como demonstramos em capítulos anteriores e porque passaram já uma grande parte das suas vidas sem terem desenvolvido essa habilidade mostram-se agora renitentes à entrada e ao desenvolvimento de um processo de aprendizagem. Para muitos, o conformismo ganhou raízes quase inderrotáveis e a ideia de que o tempo de aprender a ler passou está tão fixa que é preciso intervir com ferramentas de motivação junto deles para os fazer alterar preconceitos.

É neste enquadramento que a perspetiva da motivação, aqui entendida como fator de mobilização do sujeito que sustenta o processo recursivo entre a ação e a teoria, ganha contornos de importância e um papel de destaque no processo de alfabetização de adultos, pré-idosos e idosos.

Entendida como a energia mobilizada para satisfazer uma carência a motivação resulta da descarga energética provocada por um estímulo e tem por finalidade a restauração do equilíbrio que o reconhecimento de uma necessidade afetou. Malglaive (1995) descreve a motivação como uma necessidade fundamental, constitutiva de todas as outras e adianta que ela corresponde ao desenvolvimento de todas as capacidades funcionais que estão à disposição do indivíduo que procura desenvolver relações com o mundo que o rodeia e com os outros (Malglaive, 1995).

A dinâmica que está por detrás da motivação é recíproca uma vez que tanto se pode orientar no sentido sujeito objeto como no sentido objeto sujeito. O primeiro sentido tem por finalidade o funcionamento ou o desenvolvimento das relações com o mundo, o outro, desvia-se para os meios utilizados e assume o caráter de “motivação instrumental”, associando-se, eventualmente, à motivação comprometida na ação. A reciprocidade a que fizemos alusão garante também que ambos os sentidos da motivação se encontrem em qualquer das suas formas de funcionamento. “Com efeito, o indivíduo só pode funcionar e desenvolver-se em interação com o objeto, contribuindo o

contato internacional com o objeto para o seu próprio desenvolvimento” (Nuttin, citado por Malglaive, 1995, p. 243).

A motivação instrumental está associada, e assume lugar de destaque, nos processos de formação sendo que aqui ela é o meio que permite o enriquecimento da cognição humana (Nuttin, citado por Malglaive, 1995).

Um outro dado da motivação vai de encontro às palavras com que demos início a este capítulo. Essa é a motivação que representa a sociedade atual e que tem reflexo num contexto em que as pessoas com menores graus de formação sentem cada vez mais dificuldades em ingressar no mundo profissional e de desenvolverem as suas próprias capacidades.

Neste quadro, em complemento do que acima se diz, a motivação tem justificativa se entendermos que “um esforço de formação prolongado só se justifica se esta abre para qualquer coisa de tangível, isto é, se ela fornece meios para melhor resolver os problemas quotidianos, individuais ou coletivos (...) a procura de soluções para problemas concretos da vida quotidiana” (Dubar, citado por Malglaive, 1995, p. 246).

Quando falamos da motivação enquadrada no âmbito da leitura e da escrita temos que considerar, como defendem Marzo e Figueras (1990), que a motivação para a aprendizagem das letras propriamente dita se devem acrescentar motivações de carácter utilitário, pois diminuir o processo de alfabetização a uma função prática pode dar dela um desenho muito parcial. Ambos os autores referenciados sugerem então que a motivação seja considerada em duas vertentes. Uma deverá relacionar-se com a satisfação dos interesses e a outra deverá apresentar-se como a resposta social ao ambiente socioeconómico e cultural dos indivíduos a motivar.

Estes autores preconizam ainda que nos adultos o objetivo prioritário da atividade educativa deve ter em foco os temas que a sociedade privilegia e referem como exemplo concreto a alfabetização em que o dominativo da vontade de aprender a ler e a escrever é o reflexo de uma opção influenciada por uma meta. Sendo que, esta meta, não diz apenas respeito a uma vontade pessoal mas também importa ao reconhecimento social do facto de saber ler e escrever ser prestigiante para o indivíduo (Marzo & Figueras, 1990).

De facto o adulto ou idoso que se inicia no processo de alfabetização está a fazer mais do que apenas a dar resposta a uma proposta individual, ele está a aceitar uma intervenção que reconhece como proveitosa no seu círculo social e estes fatores atuam

como aglutinadores de reforço à continuidade do processo cognitivo. Na verdade e tal como postulou Lowe (1978) “a pessoa adulta está mais motivada para participar de uma atividade organizada de aprendizagem se se der conta de que isso o vai ajudar a resolver um problema pessoal, social e profissional e que o deixará mais feliz” (Lowe, 1978, p. 67).

Este autor agrupou as motivações para a aprendizagem em três campos. O primeiro estava relacionado com a profissão, o segundo dizia respeito ao desenvolvimento pessoal e o último remetia para as relações sociais (Lowe, 1978).

Outra distinção apontada na história da arte da motivação é a apresentada por Viladot e Romans (1988). Estes investigadores apresentam os fatores pessoais, familiares e ocupacionais como os elementos de distinção dos fatores de motivação.

Entendida sob a perspetiva das orientações que pode tomar a motivação apresenta-se diversificada podendo ser vista como motivação básica ou como motivação principal. A motivação básica, ou de base, é reforçada por outros fatores motivacionais como a recomendação por parte de pessoas próximas ou a possibilidade de se alcançar reconhecimento social. Numa fase posterior os objetivos iniciais são repensados e, então, a motivação passa a ser encarada em função dos resultados obtidos.

Outros fatores capazes de exercer influência considerável nos aspetos motivacionais são aqueles que se relacionam com a idade, com o estatuto profissional, ou com o papel desempenhado nos grupos de pertença conforme refere Blaco (citado por Marzo e Figueras, 1990).

Ao falar da motivação não podemos deixar de considerar o facto de que ela é uma vontade individual e, por isso, condicionada a diferentes lógicas motivacionais. No âmbito desta interpretação as razões que estão por detrás da motivação para a aprendizagem da leitura e da escrita podem ser de carácter endógeno ou de carácter exógeno. Se forem razões motivacionais endógenas os sujeitos que as vivenciam assumem que têm fracas, ou mesmo nenhuma, qualificações para fazer face aos desafios da vida diária, tentando ultrapassar esses obstáculos através do recurso à aprendizagem das letras. No caso das motivações exógenas a aceitação de integração num processo de alfabetização não resulta de conscientização própria mas, antes, tem origem na imposição de fatores externos como a candidatura a um subsídio de apoio social que enquadre a aprendizagem da leitura na perspetiva obrigatória, ou a exigência de uma entidade empregadora. (Marzo e Figueras, 1990)

O fator motivação é tanto ou mais importante se considerarmos que os indivíduos, por regra, só se envolvem num processo de educação não-formal de forma voluntária, sendo que, este voluntarismo é, de resto, característico da educação informal. Neste sentido é fundamental que os indivíduos repensem o impacto da sua participação, tanto no seu próprio desenvolvimento de competências, como nas implicações nas suas vidas (Pereira, 2010).

Os idosos motivados para a aprendizagem das técnicas de leitura e da escrita não se caracterizam por terem dado início ao processo em consideração de uma única vantagem mas sim por um conjunto de fatores que pesaram na hora da sua decisão. Estes indivíduos dispostos a serem alfabetizados trazem expectativas relativas não só em relação à escrita e à leitura propriamente ditas mas também em relação aos resultados que as novas aprendizagens lhes vão proporcionar, nomeadamente as mudanças na sua esfera pessoal e a melhoria das suas condições sociais e de empregabilidade/voluntariado. Algumas das projeções que estes idosos podem fazer em relação ao processo de alfabetização podem mesmo estar relacionadas com aspirações a uma mobilidade social ascendente.

Ao longo do processo de alfabetização, ou de qualquer outro programa de aprendizagem, a continuação da motivação que deu origem à entrada no processo vai ficar dependente de fatores diferentes daqueles que levaram o indivíduo a entrar no processo. No âmbito da continuidade a motivação passa a estar relacionada com fatores como a adaptação ou a relação com o grupo de aprendizagem ou até mesmo com os conteúdos de aprendizagem.

Durante o processo e considerando os fatores atrás citados os objetivos motivacionais vão ser reavaliados e repensados em função dos resultados obtidos.

“A pessoa adulta possui uma ideia do que pretende conseguir com cada tipo de formação e essas expectativas terão de ser coerentes com as aprendizagens que vai realizando ao longo do processo e possibilitar a visão da expectativa concretizada” (Marzo & Figueras, 1990, p. 52).

2.6 O Método de Paulo Freire

“não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa”

Paulo Freire (2003)

Discordante assumido do método de ensino das letras pela “cartilha” o Educador Paulo Freire propôs um método para a alfabetização de adultos em 1962 que viria a assumir o seu nome e que ganhou notoriedade após uma ação de formação em que o próprio Paulo Freire, brasileiro e Diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade de Recife, alfabetizou 300 cortadores de cana em 45 dias, que, na prática, se traduziram em 40 horas de formação.

De uma forma muito simplista podemos dividir o Método de Paulo Freire em três etapas fundamentais de intervenção. Na primeira o Educador, sempre assumido como igual entre os restantes elementos do grupo que compõe a ação formativa, procura em conjunto as palavras que mais significados têm na vida dos seus interlocutores, recolhendo assim o vocabulário com que as pessoas mais se identificam. Na fase seguinte ele usa essas mesmas palavras para propor uma tomada de consciência do mundo e, finalmente, num terceiro momento, ele desafia os formandos a superarem a visão mágica e acrítica que têm das coisas para darem lugar a uma postura consciencializada desses mesmos factos.

Este método funciona suportado nos preceitos das palavras geradoras, da silabação, das palavras novas e da consciencialização. Como vimos as palavras geradoras são o mote que dão início ao processo de alfabetização e para as conseguir o formador deve juntar as palavras que fazem parte do conjunto vocabular dos formandos através de conversas informais com os mesmos e através da observação das comunidades em que estão inseridos. A quantidade das palavras geradoras recolhidas varia entre as 18 e as 23 e é a partir delas que o formador vai construir o seu material “pedagógico”, uns cartões com desenhos que simbolizem essas palavras. Ainda na fase de trabalho das palavras geradoras, mas agora já com a participação dos formandos, o orientador do processo de alfabetização vai organizar círculos de cultura no grupo, distribuir os cartões e incentivar a conversas sobre as palavras ali simbolizadas.

Uma vez identificada cada palavra geradora vai ser dividida por sílabas e estudada tendo em conta esta divisão, num processo muito semelhante ao usado para ensinar a divisão silábica no ensino tradicional, aproveitando-se da sílaba para gerar a

família silábica com a mudança da vogal. Ou seja, na palavra “trabalho”, por exemplo, a sílaba, “ta” vai originar a construção “ta-te-ti-to-tu”. A esta fase chama-se de silabação.

Logo a seguir aparecem as palavras novas, palavras que são descobertas pelo grupo a partir das sílabas das palavras geradoras.

Convém frisar que neste método Paulo Freire sublinha a importância de discutir com o grupo os diversos temas que provêm das palavras geradoras e a este facto concreto do método o alfabetizador chama de consciencialização, apontando para ele a ponte que afasta o seu processo daqueles que se baseiam nos códigos e na descodificação dos mesmos. De facto, para este Formador o objetivo da alfabetização de adultos é a promoção da consciencialização sobre os mais diversos problemas, a promoção da compreensão do mundo e o conhecimento da realidade social. Tal como ele próprio afirmou “a consciência reflete-se e vai para o mundo que conhece: é o processo de adaptação. A consciência é temporalizada. O homem é consciente, na medida em que conhece, tende a se comprometer com a própria realidade”, (Freire, 2003)

Paulo Freire, que alcançou um sucesso notável com o seu método, considerava a Educação como um processo de mudança social e entendia-o como algo de carácter permanente. Para ele não havia seres educados e seres não educados mas sim seres que estavam em permanente educação, ainda que em graus diferentes, nunca, no entanto, graus absolutos. Das suas convicções fazia também parte a ideia de que o amor era peça fundamental para o sucesso das campanhas de educação, um amor que estimulava o educador a colocar-se no mesmo patamar do educando na medida em que, daquele processo educativo, o educador também iria aprender alguma coisa que lhe seria transmitida pelos alvos a alfabetizar.

2.7 Literatura como veículo para o conhecimento e para o desenvolvimento pessoal

A Literatura, que em latim significa instrução ou conjunto de saberes ou habilidades de escrever e ler bem e se relaciona com as artes da gramática, da retórica e da poética, tem sido, desde a antiguidade o veículo perfeito para dar voz aos medos e às esperanças do homem, gerando através dessa oralidade que se vê, saberes e conhecimentos.

A questão de que o que se sabe, o muito do que sabemos vem dos livros, é quase incolocável e não há quem, ou poucos haverá, que não tenham no decorrer das suas vidas aprendido nada a partir de um livro. Mesmo aqueles que não sabem ler, aqueles

que nunca foram à escola, já tiveram, em algum momento das suas vidas contato com a palavra escrita, basta lembrar a bíblia, para os cristãos ou os outros livros sagrados que sustentam as mais variadas religiões.

Antigamente, os livros eram um luxo a que só poucos podiam aceder e menos ainda eram capazes de ler. Nesses tempos, e para lá da palavra da bíblia que então já se difundia e anunciava como gravada no Livro Sagrado, pouco ou nada mais das letras era conhecido. Mas nesses tempos contavam-se histórias aos serões e dessas histórias que a imaginação e os medos ditavam, muitos livros haveriam de vir a ser escritos.

Quando o autor de uma obra literária de ficção, de um romance, de um romance histórico, de um poema, empreende a sua empreitada de letras, sinais de pontuação, personagens, lugares e tempos ele não parte do objetivo primeiro de educar no sentido didático aqueles que, um dia, folhearem as páginas das obras que escreveram, nem tão pouco pretende alienar os leitores fazendo deles meros recetáculos das suas ideias. Ainda que o escritor tivesse de facto essa intenção isso não seria possível porque o cérebro humano, tal como disse Morin, “é uma teia de tramas inseparáveis que fazem parte de um tecido interdependente, interativo e inter-retroactivo entre as partes e o todo, o todo e as partes”, (Morin, 2002, p. 62) e este sistema realiza conexões e estabelece relações de alta complexidade com qualquer objeto, conceito ou situação, o que faz com que cada cérebro que lê, entenda a leitura da sua própria maneira, lendo-a à luz das especificidades únicas do seu cérebro e das imagens que ele contém.

É também por causa dessa subjetividade que o leitor tira para si algo de novo do livro, tira conhecimento e com ele restabelece relações que vão gerar ainda mais conhecimento.

A certeza desta geração de conhecimento que advém da leitura de uma obra literária foi fixada pela Unesco em 1999 na Declaração Sobre Ciências e a Utilização do Conhecimento Científico onde registou que “a livre circulação de ideias e resultados de pesquisas é fundamental para o próprio avanço da ciência, o exame das suas implicações éticas e o enriquecimento da educação”, (UNESCO, 1999, s/p). Ainda que esta afirmação nos apareça completamente enquadrada no âmbito do saber concreto e científico ela também se estende à ficção científica, que, como sabemos, é um estilo literário granjeador de muitos adeptos e gerador de interpretações capazes de dotar os avanços tecnológicos de alguma humanidade.

Outra famosa afirmação que coloca à Literatura o signo de criadora de conhecimentos por excelência vem de Morin, aqui já citado, e diz que “a cultura

humanística é uma cultura genérica, que, pela via da filosofia, do ensaio, do romance, alimenta a inteligência geral, enfrenta as grandes interrogações humanas, estimula a reflexão sobre o saber e favorece a integração pessoal dos conhecimentos”, (Morin, 2002).

A literatura, em qualquer uma das suas vertentes, abre as portas ao universo das artes, ela própria é uma arte. E o universo das artes constitui a expressão maior da construção plena do indivíduo. A leitura de produtos literários pode levar os leitores a refletirem sobre o mais variado e inusitado leque de questões. Os romances, por exemplo, não tendo na sua génese uma finalidade educativa intervêm na realidade, pela forma como a descrevem, (mesmo que não se trate do real em que o leitor está mas da realidade ficcionada do autor), e essa intervenção incita o leitor a pensamentos, interpretações, a refletir, a reorganizar as suas prioridades.

2.8 Exemplos de boas práticas de alfabetização

Associação de Desenvolvimento Comunitário de S. Miguel de Machede

A Associação de Desenvolvimento Comunitário de S. Miguel de Machede, SUÃO, tem entre as suas valências uma escola comunitária que visa receber e atuar sobre o público sénior daquela localidade.

Esta escola comunitária segue os princípios do sistema de educação PADéCA (Programme d' Aide au Développement de la Capacité d' Apprendre, ou Programa de Ajuda ao Desenvolvimento da Capacidade de Aprender) e adotou também muitos dos ensinamentos de Paulo Freire.

O objetivo último das atividades do Suão passam pelo combate à desertificação da vila, que tem vindo a definhar em termos populacionais a cada ano que passa. Outros dos seus objetivos, como dizem no sítio de Internet que os acolhe virtualmente, passa pela distribuição da felicidade através da educação. Este tem sido, aliás, a bandeira mais defraldada desta instituição.

A Associação de Desenvolvimento Comunitário de S. Miguel de Machede, SUÃO, nasceu em Março de 1998 e deixou registada como primeira atividade uma comemoração do Dia Mundial da Criança. A partir daí a instituição passou a intervir em variadíssimas áreas tais como: Educação: aprendizagem, conhecimento; Cultura: artes, exposições; Lazer: atividades, animação, divertimento; Ação social: relações sociais;

Património: conhecimento, estudo; Turismo: passeios, descoberta, conhecimento; Ambiente e ações de educação ambiental.

As atividades que foram desenvolvidas ao longo do tempo foram desenvolvidas em função dos habitantes daquela localidade mas também tiveram sempre em conta os visitantes e a vontade de levar mais longe o nome da terra e das suas gentes.

Do conjunto das incontáveis iniciativas que os anos foram guardando por ali aquela que mais nos interessa e que destacamos são os cursos de alfabetização de adultos, inspirados e agora readaptados, em função do microclima de Machede, ao método de Paulo Freire. Os cursos têm a duração de cinco a seis meses e contam com o apoio da Direção Regional de Educação

O Sucesso da iniciativa que resolvemos destacar neste capítulo dedicada às boas práticas de alfabetização do nosso país revela-se nos números apresentados por esta entidade na sua página de internet, segundo os quais, em pouco mais de 18 meses as taxas de analfabetismo da Vila onde a associação se inscreve desceram, aproximadamente 10%.

O Projeto em causa tem vindo a merecer destaque a nível social porque foi impulsionador de uma alteração da rotina dos habitantes daquela localidade e também dos comportamentos sociais de cada um. De facto em S. Miguel de Machede há agora uma maior participação dos habitantes, sobretudo dos idosos na vida social e também se nota uma perspetiva diferente face às questões de cidadania.

Segundo o que se lê na página de internet desta associação, que nos serviu de fonte e referência para o conhecimento do projeto, também foram alteradas a forma de pensar/agir dos habitantes e as suas prioridades mudaram. Todos estão mais alerta para determinadas temáticas e novos hábitos foram criados, reduziu-se a taxa de analfabetismo da população envolvida e contribuiu-se para uma melhor qualidade de vida.

Em suma, o SUÃO contribuiu em muito para que a população se tornasse mais autónoma, mais participativa, motivada, interessada podendo assim afirmar que em S. Miguel de Machede se verifica um envelhecimento ativo.

Associação Nacional de Investigação e Ação em Literatura e Literacia – ANIALL

“Portugal é o país da Europa com maior percentagem de pessoas que não sabem ler nem escrever (...) é, também, o país da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos) que tem maior taxa de abandono escolar: apenas 20 por cento dos portugueses atinge o ensino secundário, ficando-se a grande maioria pela escolaridade obrigatória (...)” (Tsf.sapo.pt, 2010, in Site oficial da ANIALL)

ANIALL fundamenta o seu nascimento nos dados levantados nos censos 2001 e na afirmação com que entendemos dar início à caracterização desta instituição, retiradas da sua própria página de abertura do site na Internet. Ou seja, partindo de dados concretos, que apontam para Portugal um cenário negro em termos de alfabetização e iliteracia esta associação entendeu meter mãos à obra para combater o desconhecimento das letras e garantir, através de um maior conhecimento e gosto pelas mesmas mais oportunidades de inserção a indivíduos excluídos socialmente.

Tendo como palco de atuação todo o território nacional a ANIALL, que tem sede física no concelho do Seixal, fundamenta os princípios que a caracterizam e os objetivos que persegue com o direito consagrado universalmente à literacia, sublinhando o facto de que só através do conhecimento das letras se poderão criar condições para que todos os indivíduos tenham oportunidades de sucesso e de realização pessoal.

Criada há cerca de quatro anos esta associação, que conta já um vasto leque de atividades desenvolvidas, aponta os seus pontos de ação na direção da promoção da leitura, porque, tal como se pode ler no já referido sítio de Internet, ela é “atividade propiciadora de meios que vão permitir a inserção plena de todos na sociedade” (ANIALL, 2010).

Tendo como interlocutores privilegiados as câmaras municipais e as juntas de freguesia, agentes mais próximos das comunidades, a ANIALL operacionaliza os seus intentos através de processos de recolha de dados, usando para isso inquéritos, investigação histórica e investigação descritiva como forma de fazer uma primeira abordagem e satisfazer as necessidades de conhecimentos concretos sobre a realidade local que será alvo das suas intervenções.

Outro dos modos de operacionalização desta associação é a promoção de ações e de sessões de esclarecimento junto dos alvos a intervir com vista a fornecer aos

mesmas informações e esclarecimentos sobre os objetivos da formação, visando, ao mesmo tempo, motivar e incentivar os indivíduos a participarem das iniciativas.

Para além disso a ANIALL propõe-se ainda a criar núcleos e espaços culturais com diferentes valências e agregar nos mesmos crianças, jovens e adultos mas também idosos, uma faixa etária que não esquece e a quem, alias, dedica fundamental atenção.

Todos os processos de intervenção desta organização têm como base referencial de preparação o método de Paulo Freire que supõe o respeito do alfabetizador pelo alfabetizando no decorrer do processo de interação entre ambos.

Alguns meses antes da sua criação dois dos elementos que a fundaram conheceram Maria Conceição Rolo, Professora e coautora da obra *Rimas e Jogos Infantis*, publicada em 2004, e participaram como voluntários num projeto da mesma que consistia em catalogar e classificar 50 obras infantis de uma Biblioteca. No decorrer desta ação de voluntariado os elementos fundadores da ANIALL, por intermédio da proponente da ação em que participavam, encetaram contacto com vários membros da CIVITAS – Liga Portuguesa dos Direitos Humanos que tem um núcleo diretamente vocacionado para o tratamento de problemas relacionados com a Literatura e a Literacia, sendo que este é presidido por Helena Cidade Moura, outra reconhecida docente que tem dedicado a sua vida à alfabetização dos portugueses tendo, no seu vasto currículo profissional, assinado a publicação “Manual de Alfabetização”.

Tal como já havia acontecido aquando do primeiro contacto com Maria Conceição Rolo também Helena Cidade Moura fez uma proposta aos elementos fundadores da ANIALL, proposta essa que ambos aceitaram com prontidão e que consistia no facto de se formarem como alfabetizadores pela própria Helena Cidade Moura.

O facto de ambos terem participado desta experiência formativa dotou-os de um conhecimento aprofundado do Método de Paulo Freire, o mesmo que a Formadora preconiza e tem vindo a divulgar ao longo da sua já larga carreira profissional. Daqui à abertura das portas da ANIALL foi um pequeno passo, apenas alargado pelas burocracias sempre associadas a este tipo de situações.

Ao longo dos seus primeiros meses de atividade a ANIALL desenvolveu várias ações tanto sozinha como em colaboração com outras agremiações, visando sempre o trabalho social.

O Curso de Alfabetizadores que deu origem à instituição e que envolveu mais um elemento para além dos já citados ficou registado como a primeira atividade da

Associação. Entretanto foi promovido uma iniciativa com os mesmos objetivos mas que desta vez já contou com a participação de onze formandos, oriundos de várias áreas científicas, como a Psicologia, o Direito, os Estudos Europeus e as Ciências da Informação. Esta primeira ação de Formação de Alfabetizadores decorreu entre 8 de Maio de 2010 e 3 de Julho desse ano.

No âmbito da Alfabetização a ANIALL desenvolveu uma ação, com duração de dois meses, e com carácter voluntário, no bairro da Trafaria, em Almada, onde as competências adquiridas pelos formadores foram testadas pela primeira vez. Inserida neste processo alfabetizador esta também a iniciativa de proporcionar às crianças e adultos daquele bairro atividades e jogos lúdicos que conduzam no sentido do estímulo à leitura.

Para chegar à baliza dos seus intentos a ANIALL procura estabelecer relações de parceria e cooperação com vários parceiros, dentre eles as autarquias, como já se disse, pois que por elas será mais fácil a abertura de Núcleos da associação perto das comunidades que se pretendem alfabetizar. Por esta razão a organização entende que “a promoção do entendimento com o poder local deve ser um objetivo perseguido pelos membros (...) É na proximidade com os demais que buscaremos a capacidade de organização e incentivo para com as tarefas a que nos propomos” (ANIALL, 2010).

A Associação Nacional de Investigação e Ação em Literatura e Literacia – ANIALL e a Associação de Desenvolvimento Comunitário de S. Miguel de Machede são dois bons exemplos de implementação de práticas de alfabetização no nosso país. Estas instituições reconheceram a necessidade de implementar iniciativas que visassem a aproximação das pessoas idosas, adultos e até crianças à leitura, entendendo que, no caso dos mais velhos para além de saber ler a inclusão em atividades sociais era um bom caminho para o favorecimento do envelhecimento ativo.

Dado o registo de sucesso que estas práticas têm vindo a registar é preciso que estes exemplos se espalhem por todos os concelhos de Portugal, e que, para além do ensino das letras e do combate ao analfabetismo, se promova também a leitura. Estamos em crer que as universidades de terceira idade, cuja rede está já amplamente difundida no território nacional, seriam um bom porto de acolhimento para projetos deste género.

II. Estudo Empírico

1- Origem e Fundamentação do Problema de Investigação

Nos dias de hoje, o envelhecimento das populações, constitui, a nível mundial, nomeadamente nos países industrializados, uma realidade indesmentível, sendo que este fenómeno reflete-se, na esperança média de vida e na proporção do número de sujeitos idosos.

Quando ocorrem transformações a nível mundial, as sociedades normalmente estão pouco preparadas levando algum tempo a efetivar medidas que respondam, no caso do envelhecimento, a uma velhice com qualidade de vida.

Algumas das situações que se colocam à população envelhecida são a falta de recursos económicos para fazer face às suas despesas, os sistemas de saúde que nem sempre dão a resposta desejada, a acumulação de patologias, o facto de ficarem cada vez mais dependentes e serem obrigados a procurar alternativas de forma a minimizar essas dependências e a não sobrecarregar os familiares.

Atualmente, com uma certa frequência, os idosos dependentes vêm-se obrigados a recorrer a instituições como lares, para viverem. Este fenómeno suscitou, de modo especial nas últimas décadas, um crescente interesse, por parte da comunidade científica de diversos ramos do conhecimento, pela etiologia do envelhecimento, pelo bem-estar, saúde, atividade física e qualidade de vida dos idosos, contribuindo para que a imagem dos lares de idosos, antigamente chamados de asilos, se venha a modificar atribuindo-se cada vez mais um significado positivo, sendo também sinónimo de qualidade de vida.

O envelhecimento da população e a urbanização são duas tendências globais que, em conjunto, constituem as forças fundamentais que estão a moldar o século XXI. As pessoas mais velhas são um recurso para as respetivas famílias, comunidades e eventualmente para algumas economias, em meios envolventes que lhes proporcionam apoio e a possibilidade de capacitação.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), considera o envelhecimento ativo um processo contínuo, determinado por vários fatores que, isolados ou em conjunto, contribuem para a saúde, a participação e a segurança dos idosos.

Neste conjunto de fatores atualmente considerados como fulcrais para uma boa qualidade de vida das pessoas gerontes e comum àqueles que a OMS considera os pilares fundamentais para o envelhecimento bem sucedido, a participação a segurança e

a saúde tem que estar incluída a capacidade destes indivíduos de ler e escrever. Sem que se efetive a capacidade de leitura o geronte não pode, isolado, garantir um bom acesso à saúde, garantir a sua própria segurança e tão pouco poderá cumprir todos os requisitos de participação social.

Mais do que um direito ou um privilégio, a educação tem que ser considerada, acima de tudo como uma necessidade para todos, sejam mais ou menos jovens, dado que no mundo atual há que enfrentar a mudança a um ritmo cada vez mais acelerado na família, no emprego, na comunidade.

A alfabetização na terceira idade abrange requisitos determinantes que devem ser trabalhados para uma melhor aprendizagem, no sentido de que os fatores sociais, culturais e pessoais exerçam grande importância nesse processo.

Os idosos que mantêm a parte cognitiva em atividade vivem durante mais tempo e com melhor qualidade de vida. Segundo Torquato e Santana (2011), a leitura é considerada como importante para aumentar os ganhos cognitivos, tais como a memória e melhorar as ações motoras.

Portugal é um dos países da Europa com uma taxa mais elevada de idosos, tendo mesmo tendência a aumentar com o decorrer dos anos. Sendo assim, e por ainda se verificar um considerável número de analfabetos, podemos dizer que a alfabetização na terceira idade terá de passar a ser um assunto cada vez mais abordado. Em Portugal existem alguns projetos cujo objetivo é alfabetizar mas a informação ainda é muito escassa e por vezes, estes projetos não são acessíveis a toda a população idosa pois muitos ainda vivem isolados.

Considerando então estes dois fatores, a saber: que a alfabetização é condição fundamental para o bem estar da pessoa idosa e que ainda existe um número razoável de pessoas, maiores de 65 anos, incapazes de ler ou de escrever decidimos realizar o presente estudo tendo em vista descobrir de que forma a alfabetização na terceira idade pode contribuir para o bem-estar da população idosa.

Para tal optamos por analisar de que forma o analfabetismo é vivido e representado pelos idosos, tendo em vista compreender porque é que ser analfabeto pode ser motivo de discriminação e perceber de que forma é que a alfabetização pode influenciar a confiança e autoestima dos idosos.

2- Metodologia

Martins (1996) disse que a metodologia é a organização crítica das práticas da investigação e a investigação, segundo Michel (2005), é um alargamento do campo dos conhecimentos no âmbito de uma disciplina que tem em vista o desenvolvimento dessa disciplina e da ciência que a sustenta.

Ora, considerando estas primeiras palavras, pode-se aferir que o trabalho de investigação, que toma sempre por base uma ou outra metodologia, é uma forma sistemática de procurar respostas a uma ou mais questões colocadas pelo investigador.

Na verdade são as perguntas iniciais que se transformam no motor, no ponto de partida, para um trabalho de investigação, e por isso pode-se dizer, em concordância com Michel (2005), que a busca pelo conhecimento, a tentativa de satisfazer uma curiosidade estabelece o início de uma investigação, mas não a justificam por si só. A investigação tem que ir mais além dos motivos que lhe deram arranque. Ela tem que ser uma procura de soluções coordenada e submissa a um conjunto de procedimentos metódicos planeados e fundamentados.

Para tomar formas verdadeiramente científicas a investigação tem que se revestir de procedimentos baseados em modelos indutivos e dedutivos, tal como preconizaram Cohen e Manion (1985).

A investigação também não pode dispensar a experimentação porque ela é a base que a vai dotar de solidez e que vai permitir a validação do conhecimento gerado.

Cohen e Manion (1985) defendem que a investigação deve ser autocorretiva uma vez que os resultados que dela advierem podem vir a ser o ponto de partida para uma nova investigação. Podem constituir uma pergunta ou uma curiosidade para outros investigadores.

O reconhecido investigador Umberto Eco (1983) não toma por investigação científica qualquer trabalho de pesquisa que parte de uma pergunta inicial e lhe oferece uma resposta. Para este filósofo e semiólogo só se pode considerar verdadeiramente científica a investigação que toma por objeto de estudo algo que possa ser reconhecido e definido, algo que todos sejam capazes de reconhecer como pertinente (Eco, 2008).

Eco sustenta que a investigação “deve dizer sobre esse objeto coisas que não tenham já sido ditas ou rever com uma ótica diferentes coisas que já foram ditas” (Eco, 2008, p.52). Para além disso, acrescenta: a investigação ““deve ser útil aos outros”,

(idem) e, ao mesmo tempo, “fornecer elementos para a confirmação e para a rejeição das hipóteses que apresenta”, (idem).

Do que se depreende desta última afirmação vemos que Umberto Eco concorda com os já referidos autores Cohen e Manion (1985) e, tal como estes, também ele afirma que a investigação não se pode fechar em si mesma mas sim ser produzida no sentido de vir a “fornecer os elementos para uma possível continuação pública” (idem).

Para reforçar a definição da metodologia, muitos autores chamam também de métodos temos que Grawitz (1993) que considera o seguinte: “ (...) um conjunto concertado de operações que são realizadas para atingir um ou mais objetivos, um corpo de princípios que presidem a toda a investigação, um conjunto de normas que permitem seleccionar e coordenar a técnicas” (cit. in Carmo & Ferreira, 1998, p. 175).

Do vasto leque de ferramentas de investigação que a metodologia tem para oferecer seleccionamos, para esta investigação em particular, o método qualitativo uma vez que este permite recolher uma maior e mais profunda quantidade de informação.

O método qualitativo parece ser o mais adequado ao plano de estudo a que nos propusemos porque ele facilita o estudo de multicasos e visa a descoberta de pontos comuns entre vários casos (Lessard-Hérbert, Goyette & Boitin, 2010).

Tal como sustenta Carmo e Ferreira (1998) o método qualitativo fundamenta-se na realidade e orienta-nos para a descoberta sendo que através dele o investigador se transforma num “instrumento” de recolha de dados. Os mesmos autores adiantam ainda que o método qualitativo depende muito da sensibilidade, do conhecimento e da experiência do investigador porque é destas características que dependem a validade e a fiabilidade dos dados a analisar. (Carmo & Ferreira, 1998).

Apesar disso na história da arte do método qualitativo não parecem existir dúvidas quanto à sua importância uma vez que, se a recolha de dados estiver de acordo com o que os indivíduos constituintes da amostra disseram, a validade do trabalho é inquestionável.

Para que tal aconteça a pesquisa qualitativa deve ser “descritiva”. A descrição deve ser rigorosa e contar apenas com os dados recolhidos.

Como não podemos deixar de considerar que o nosso estudo se aplica a um contexto particular, no caso o concelho de Viana do Alentejo, acrescentamos à nossa escolha metodológica a qualidade de exploratória porque é esta característica que lhe vai conferir sustentabilidade na procura de informações em contexto particular, tal como disse Sampieri et al. (2006). Para justificar esta escolha aludimos ainda a Denzin e

Lincon (2006) segundo os quais uma abordagem naturalista e interpretativa tem por objetivo o entendimento dos fenómenos em termos de significados, valores e percepções que as pessoas lhe conferem.

Na situação de investigação que levamos a cabo e tendo em conta que o instrumento utilizado se compõe de várias secções de análise passando pela avaliação de todos os itens que favorecem o envelhecimento ativo tais como: os espaços abertos e os prédios; o transporte; as moradias; o respeito e a inclusão social; a comunicação e a informação; o apoio comunitário e os serviços de saúde; a participação cívica e o emprego e a participação social, entendemos dar destaque a três itens fundamentais quando chegados à fase da análise e discussão dos resultados pois que, de outra forma, o nosso estudo se revelaria demasiado extenso, correndo-se o risco de perda de objetividade e qualidade.

A seleção dos itens a trabalhar do ponto de vista da investigação, segurança; saúde e participação, reflete a nossa escolha, suportada pelos parâmetros apontados pela OMS, sobre aqueles que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos gerontes e é também um reflexo daqueles que os próprios idosos consideraram ser os mais importantes para a sua qualidade de vida.

A opção metodológica que apresentamos aqui e implementamos na nossa pesquisa está em consonância com as diretrizes propostas no Protocolo de Vancouver (OMS, 2007, b). Este documento, que tem a chancela da OMS, estabelece as opções metodológicas a serem tomadas quando a intenção é avaliar as comunidades em relação às suas características de amigas das pessoas idosas.

No que toca à análise e atenção do investigador todos os itens foram submetidos a questionário o que vai conferir, desde logo, ao nosso estudo um carácter móbil e vai, também, fornecer dados e elementos para possíveis continuações públicas deste trabalho, tal como sugeriu Umberto Eco (2008).

A pesquisa qualitativa que levamos a cabo e que teve por principal finalidade investigar de que forma a alfabetização pode contribuir para o bem-estar da população idosa é também uma pesquisa descritiva na medida em que será apresentada de forma rigorosa e terá em conta unicamente os dados por nós recolhidos junto dos respondentes.

Na presente investigação vamos transcrever partes das entrevistas que foram realizadas mediante o consentimento das pessoas entrevistadas.

Uma vez que a metodologia do nosso estudo se caracteriza pela pesquisa qualitativa que tem por base a colocação de um inquérito a dois grupos diferentes de respondentes podemos também dizer que se trata de um estudo comparativo na medida em que a partir dele nos vai ser possível observar em função dos indicadores dos modelos de análise: o grupo de idosos que sabem ler e o grupo de idosos que nunca aprendeu a ler (Quivy & Campenhoudt, 2008).

2.1 – Pergunta de investigação

Tal como Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt deixaram claro na obra “Manual de Investigação em Ciências Sociais” traduzir o que vulgarmente se apresenta como foco de interesse do ponto de vista da investigação científica não é uma tarefa linear ou fácil, porque uma investigação, que se traduz, naturalmente na procura de algo, implica hesitações, desvios e incertezas (Quivy & Campenhoudt, 2008).

O conselho destes investigadores para o contorno destas dificuldades passa pela escolha de um fio condutor o mais claro possível. Assim, dizem, o investigador deve procurar enunciar o seu projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida. Tentando, através dessa pergunta, exprimir o mais exatamente possível aquilo que procura saber e conhecer.

Levando em conta os conselhos acima referidos levantamos a seguinte questão de investigação:

- De que forma é que a alfabetização pode contribuir para o bem-estar da população idosa?

2.2 Hipóteses de investigação

Tão importante quanto a pergunta de investigação, ou pergunta de partida, parecem ser as hipóteses, elas são também um elemento fulcral da investigação na medida em que lhe atribuem amplitude e asseguram a coerência entre as partes do estudo.

De novo suportados na teoria de Quivy e Campenhoudt sobre a investigação nas ciências sociais podemos afirmar, como eles, que “a organização de uma investigação em torno de hipóteses de trabalho constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 119).

As hipóteses são o elemento que vai sustentar a direção da investigação evitando desvios desnecessários e confusões nos cruzamentos e nas encruzilhadas da dúvida e do levantamento de informações.

“A hipótese fornece à investigação um fio condutor particularmente eficaz que, a partir do momento em que ela é formulada, substitui nessa função a questão da pesquisa” (idem, 2008, p. 119).

As hipóteses podem ser definidas como uma espécie de resposta provisória à nossa pergunta de investigação. Elas contribuem para “uma melhor compreensão dos fenómenos observáveis” (idem, 2008, p.120), e devem “concordar com o que deles podem apreender pela observação ou pela experiência” (idem, 2008, p.120).

Considerando que as hipóteses de investigação se inscrevem na lógica teórica da problemática do projeto de investigação e tendo em conta que essas mesmas hipóteses estão latentes no processo epistemológico que levou à sua construção (Quivy, 1998) apresentamos de seguida o elenco das hipóteses que estão na base deste processo de construção científica e que pretendemos analisar:

Hipótese 1: Ser analfabeto é um *handicap* emocional para o geronte.

Hipótese 2: Ser analfabeto é um motivo de discriminação da sociedade para com o idoso.

Hipótese 3: A alfabetização estimula o aumento de confiança e autoestima do idoso.

Estas hipóteses derivam do objetivo geral da investigação que se prende com a necessidade de investigar de que forma é que a alfabetização pode contribuir para o bem-estar do idoso.

A partir daqui formularam-se os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer a realidade de vida de um idoso analfabeto;
- Perceber se o facto de não saber ler impede a realização de atividades quotidianas do idoso;
- Compreender as experiências e preferências dos gerontes para dessa forma ir de encontro as mesmas, a quando da aprendizagem da leitura e da escrita;
- Perceber se a leitura e a escrita facilitam a vida dos idosos alfabetizados;
- Entender se o analfabetismo é causa de falta de autonomia no idoso.
- Comparar a perspectiva dos idosos alfabetizados com as dos não alfabetizados.

Assim, definimos para a presente investigação as seguintes finalidades:

- Contribuir para um melhor conhecimento do idoso na comunidade;
- Contribuir para melhorar a situação do idoso na comunidade;
- Conceber planos de ação educativa/formativa que contribuam para o bem-estar do idoso;

Só a partir de estudos que identifiquem as variáveis presentes no processo de envelhecimento e na velhice é que é possível percebê-las e é possível conceber programas de intervenção coerentes e fundamentados numa análise científica.

Almeida e Freire (1997, p. 38), referem que “qualquer investigação é conduzida tendo em vista esclarecer uma dúvida, replicar um fenómeno, testar uma teoria ou buscar soluções para um dado problema”.

2.3 Amostra: constituição e caracterização

Para levar a cabo a presente investigação optamos por analisar uma amostra não probabilística. Esta amostragem, tal como consideraram Carmo e Ferreira (1998), é selecionada com base em critérios de escolha intencional que vão ser utilizados de

forma sistemática tendo em vista determinar as unidades da população que fazem parte da amostra.

A população alvo a quem as entrevistas iriam ser colocadas foi determinada em função dos objetivos da presente investigação.

A amostra foi então constituída por um total de 11 participantes, todos maiores de 65 anos e composta em dois grupos diferentes, um alfabetizado outro analfabeto teve também em conta perguntas que visavam aferir o estado civil; a profissão e o género do entrevistado.

Trata-se de uma amostragem de conveniência porque foi construída a partir de um grupo de indivíduos que se mostrou disponível para participar. (Carmo & Ferreira, 1998).

Tal como preconizam Carmo e Ferreira (1998) neste tipo de amostragem vai ter que ser respeitado o facto de que os resultados não poderão ser generalizados ao total da população onde se inscrevem os respondentes. No entanto esta amostra será pertinente para a obtenção de informações importantes que ainda assim, alertam os autores que deverão ser usadas com “as devidas cautelas e reserva” (Carmo & Ferreira, 1998, p. 197).

A definição da amostra e a sua explicitação é um dado importante a ter em conta num trabalho de investigação e deve ser definido aquando do início do estudo tal como defendem Quivy e Campenhoudt (2003) “(...) o campo das análises empíricas no espaço, geográfico e social, e no tempo” (Quivy & Campenhoudt, 2003, p.157).

A população alvo sobre que incide o estudo efetuado é constituída por um grupo de onze indivíduos, todos maiores de 65 anos. Sete dos elementos da amostra são alfabetizados e quatro não sabem ler nem escrever.

Seis dos elementos que compõem a amostra são indivíduos do sexo feminino e cinco do género masculino.

O único elemento comum a todos os entrevistados é o facto de partilharem o espaço social onde residem, todos são habitantes de Viana do Alentejo. Não aferimos se existe conhecimento pessoal entre eles, ou não, porque entendemos que tal facto não interferia nos resultados obtidos.

Viana do Alentejo é sede do concelho com o mesmo nome, situado na faixa sul do Distrito de Évora, da qual dista cerca de 30 km.

Durante o ano decorrem no concelho de Viana do Alentejo uma série de atividades culturais e de lazer promovidas pelo Município de Viana do Alentejo, Juntas

de Freguesia e entidades locais. Os diversos agentes concelhios levam, igualmente, as raízes e tradições do concelho a vários pontos do País, quer em festas, quer em intercâmbios, quer até mesmo em programas de promoção.

Na freguesia sede de concelho existem 19 associações de carácter social, cultural e desportivo. Na freguesia de Alcáçovas são 13 as instituições que trabalham em prol do desenvolvimento social e em Aguiar existem seis associações comunitárias de cultura e de desporto.

Ao longo da última década o número populacional de Viana do Alentejo tem vindo a aumentar gradualmente e, de acordo com os censos 2011, o número de habitantes subiu de um total de 5.615 habitantes em 2001 para 5.743.

Com uma densidade populacional de 14,1 Hab/Km² conta 25 % de habitantes com mais de 65 anos e um índice de envelhecimento de 178, 51%. De acordo com a síntese de caracterização concelhia, publicada no Diagnóstico Social de Viana do Alentejo (2003) este concelho registava em 2001, segundo dados aferidos dos Censos desse ano, uma taxa de analfabetismo de 18,9%, sendo que 22,9% da população não tinha nenhum nível de ensino.

No que diz respeito aos equipamentos de apoio à terceira idade, e ainda de acordo com o referido documento, a taxa de cobertura concelhia era de 11,4%.

Viana do Alentejo, tal como uma boa parte dos concelhos do interior alentejano, apresenta uma lista de condicionantes que afetam o seu desenvolvimento e que interferem na qualidade de vida dos seus habitantes, são eles:

- Ruralidade e interioridade
- Envelhecimento Demográfico
- Elevado índice de dependência da população idosa
- Baixos rendimentos das famílias
- Débil suporte familiar (a grupos dependentes: idosos e crianças) - consequência dos novos estilos de vida: generalização da saída da mulher para trabalhar e procura de trabalho fora dos concelhos do interior
- Sobrelotamento de instituições de apoio à 1ª infância e à 3ª idade
- Fragilidade dos parques industriais que carecem de mais investimentos
- Reduzidas iniciativas de empreendedorismo
- Desemprego de media e longa duração
- Peso do Desemprego Feminino

- Baixos níveis de escolaridade
- Concentração de serviços nas sedes de concelho ou mesmo distritais (ex: hospitais)

No âmbito das problemáticas que afetam a realidade social concelhia o item da educação/formação reconhece os seguintes problemas:

- Fraca instrução/baixa escolaridade
- Abandono escolar precoce
- Falta de qualificação profissional
- Falta de atividades para jovens após o fim das aulas

Segundo o Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI) de 2008-2013 apenas 8,2% da população com mais de 60 anos tem uma atividade profissional em contraposição aos 91% de indivíduos, na mesma faixa etária, que não exercem qualquer tipo de atividade económica. De acordo com o que a mesma fonte adianta a economia não é o único motivo de vulnerabilidade desta população a esta juntam-se os seguintes fatores:

- Perda de autonomia
- Isolamento social
- Más condições habitacionais
- Dificil acesso a serviços de saúde
- Dificil acesso a serviços de apoio social

No concelho de Viana do Alentejo a taxa de cobertura de equipamentos de apoio a idosos conta com a ajuda de duas entidades institucionais. A colaboração é prestada ao nível das necessidades primárias e as atividades de promoção e ocupação do dia-a-dia são relevadas para um plano inferior. Regista-se neste concelho também uma elevada taxa de idosos institucionalizados o que se pode explicar, conforme o Diagnóstico Social concelhio a que nos temos vindo a reportar, com o “isolamento no que toca aos laços familiares que atravessa estes territórios. Associa-se à saída da população mais jovem interrompendo os laços intergeracionais ou pelo menos excluindo o suporte presencial e quotidiano” (Diagnóstico Social de Viana do Alentejo, 2006, p. 48). Face a

esta situação os idosos veem-se confrontados com o isolamento e com a necessidade de realizarem sozinhos as suas tarefas.

O concelho que serviu de cenário à aplicação do nosso instrumento, a entrevista semidiretiva, apresenta um quadro de instrução com níveis mais baixos que a média nacional e regista ainda, como já dissemos acima, uma taxa de analfabetismo preocupante (18,9%). Pelos dados avançados pelo Diagnóstico Social deste município podemos aferir que a maior incidência de iletrados se regista junto das pessoas do sexo feminino sendo também neste grupo social que se contam mais indivíduos com melhor performance ao nível do ensino superior, 63% dos licenciados do concelho são mulheres.

Em Viana do Alentejo “assiste-se a um preocupante e crescente descrédito e desvalorização do percurso de ensino do indivíduo e tal é passível de ser constatado nos comportamentos dos alunos em meio escolar, pelo desincentivo gradual (à medida que se avança no percurso escolar) e pela parca consciência da importância de concretizar formação ao longo da vida. Este fenómeno carece de um forte investimento no trabalho de competências familiares” (Diagnóstico Social de Viana do Alentejo, 2006, p. 65).

3 – Instrumento e procedimentos

Na situação de investigação que levamos a cabo e tendo em conta que o instrumento utilizado se compõe de várias secções de análise passando pela avaliação de todos os itens que favorecem o envelhecimento ativo tais como: os espaços abertos e os prédios; o transporte; as moradias; o respeito e a inclusão social; a comunicação e a informação; o apoio comunitário e os serviços de saúde; a participação cívica e o emprego e a participação social, entendemos dar destaque a três itens fundamentais quando chegados à fase da análise e discussão dos resultados pois que, de outra forma, o nosso estudo se revelaria demasiado extenso, correndo-se o risco de perda de objetividade e qualidade.

A seleção dos itens a trabalhar do ponto de vista da investigação, segurança; saúde e participação, reflete a nossa escolha, suportada pelos parâmetros apontados pela OMS, sobre aqueles que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos gerentes e é também um reflexo daqueles que os próprios idosos consideraram ser os mais importantes para a sua qualidade de vida.

As técnicas de recolha junto da população-alvo são, conforme descrevem Carmo e Ferreira (1998):

“Procedimentos operatórios rigorosos, bem definidos, transmissíveis, susceptíveis de serem novamente aplicados nas mesmas condições, adaptados ao tipo de problema e aos fenómenos em causa. A escolha das técnicas depende do objectivo que se quer atingir, o qual, por sua vez, está ligado ao método de trabalho” (Carmo & Ferreira, 1998, p.175).

Tendo em conta estas particularidades e considerando também o objetivo do nosso estudo optamos por usar como instrumento a entrevista semidiretiva uma vez que ela confere alguma liberdade de expressão ao entrevistado. Através da entrevista semidiretiva o respondente pode falar abertamente e exprimir-se de forma mais adequada de si próprio.

Este tipo de entrevista é semidiretiva, tal como postulam Quivy e Campenhoudt (2003) porque não é “inteiramente aberta, nem encaminhada para um grande número de perguntas precisas”. (Quivy & Campenhoudt, 2003, p. 194). Com este tipo de instrumento, e ainda de acordo com estes autores “o investigador dispõe de uma série de perguntas – guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado” (idem, 2003, p. 194).

Porque o instrumento selecionado se reveste de extrema importância para a compreensão dos resultados obtidos entendemos alargar este pequeno item que serviu para dar conta de qual o instrumento por nós utilizado para reforçar a importância que este instrumento tem no contexto das ciências sociais. Na verdade a entrevista é, ela própria, uma técnica de interação social, interpenetração informativa. Através dela o investigador é capaz de quebrar isolamentos grupais, individuais e sociais. Garret (1981) fundamentou o uso deste instrumento na investigação científica afirmando que todas as pessoas, de alguma maneira, sejam os entrevistados, sejam os próprios investigadores, são envolvidas no processo de entrevistar. Por isso a entrevista é revestida de aspetos objetivos e subjetivos e assim o seu sucesso fica dependente da técnica para a arte de entrevistar que, segundo este autor, passa por ser a arte de saber ouvir, perguntar e conversar (Garret, 1981).

A entrevista pode também ser entendida como um “acontecimento comunicativo no qual os interlocutores, incluindo o investigador, constroem coletivamente uma versão do mundo” (Mondana, 1997, p. 59).

A aplicação do instrumento realizou-se presencialmente, junto dos participantes na investigação e na habitação de cada um dos participantes, de forma a contactar com o seu meio ambiente com o intuito de recolher dados no seu contexto natural.

Foi solicitado o consentimento informado a cada um dos inquiridos do nosso questionário por duas vezes. Numa primeira vez procurou-se a anuência à participação na entrevista. Na segunda vez, que ocorreu nos instantes imediatamente antes à realização da entrevista, voltou-se a reafirmar o consentimento para além de ser garantir a cada um dos participantes que as respostas seria tratadas exclusivamente no âmbito da presente investigação, seriam anónimas e confidenciais.

O instrumento foi aplicado a um contexto de onze respondentes, previamente abordados com intuito de explicação da finalidade da entrevista e por forma a obter o seu consentimento.

De referir que, a aplicação do instrumento demorou em média 1 hora e 20 minutos por pessoa.

Constrangimentos inerentes ao instrumento

Alguns dos idosos entrevistados manifestaram dificuldades na compreensão das questões sendo portanto necessário explicar-lhas sem contudo interferir nem influenciando as respostas; grande parte dos idosos falavam sobre a sua vida, as suas memórias sem que lhes fosse solicitado, conduzindo, assim, a um prolongamento do tempo para responder a cada questão.

III. Análise e discussão de resultados

O presente capítulo tem por finalidade a apresentação dos resultados obtidos a partir da análise de conteúdo das entrevistas realizadas.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análises de comunicações (Bardin, 2004) que tem por fundamento o rigor pois só ele é capaz de garantir que as aparências superficiais das comunicações são ultrapassadas.

Os mecanismos de funcionamento da análise de conteúdo estão diretamente relacionados com a descoberta dos resultados e não com a construção de uma análise. Para que se registre sucesso a partir do uso deste método urge que o investigador saiba apagar os traços de si, (Bardin, 2004), só assim os resultados da investigação serão apresentados como descoberta de algo que possui existência independente e anterior à elaboração do projeto de pesquisa (Bardin, 2004).

1- Tratamento de dados e análise dos resultados

1.1 – Caracterização sócio-demográfica dos gerentes

Apresentamos o perfil dos indivíduos que constituíram a nossa amostra no seguinte quadro:

Quadro 1 - Caracterização dos entrevistados quanto à idade, sexo, estado civil, habilitações literárias e profissão. – Caracterização sócio-demográfica

Nome	Idade	Sexo	Estado civil	Habilitações Literárias	Profissão
F1	66 Anos	Feminino	Casada	7º. Ano	Doméstica
F2	88 Anos	Feminino	Viúva	Não alfabetizada	Doméstica e trabalhadora rural
F3	65 Anos	Feminino	Casada	Curso de Educadora de Infância	Educadora de Infância
F4	87 Anos	Feminino	Casada	Não alfabetizada	Trabalhadora rural
F5	85 Anos	Feminino	Viúva	1ª. Classe	Trabalhadora Rural
F6	85 Anos	Feminino	Solteira	Não alfabetizada	Trabalhadora rural/Doméstica
M7	85 Anos	Masculino	Viúvo	4º. Ano	Trabalhador rural
M8	66 Anos	Masculino	Casado	2º. Ano de liceu	Empregado de escritório
M9	84 Anos	Masculino	Casado	2º. Ano de liceu	Barbeiro
M10	66 Anos	Masculino	Casado	Licenciatura Economia	Professor de Matemática
M11	88 Anos	Masculino	Casado	Não alfabetizado	Trabalhador rural

Ao nível do perfil dos entrevistados verificamos uma grande heterogeneidade, sobretudo no que concerne às idades e aos graus académicos.

Relativamente à faixa etária temos alguns entrevistados acabados de chegar à condição de “gerontes” ou séniores e outros já bastante idosos. A mais nova das respondentes tem 65 anos e dois, um do sexo masculino outro do sexo feminino, contam 88 anos.

Curiosamente não se regista nenhum entrevistado na faixa etária entre os 70 e os 80 anos.

Na categoria “Estado civil” a heterogeneidade também prevalece tendo-se entrevistado 7 casados, a maioria, 3 viúvos, e um solteiro. Também não se registou entrevista a nenhum divorciado.

Quanto às habilitações literárias também há um grau razoável de diferenças. As habilitações dos nossos entrevistados vão desde os não alfabetizados, 4, aos entrevistados habilitados com graus académicos, uma licenciatura e um bacharelato, e dois cumpriram apenas o primeiro ciclo do ensino básico, ou parte desse ciclo. Um dos entrevistados completou o 2º ciclo do ensino básico e os restantes frequentaram o ensino secundário.

As profissões desempenhadas pelos nossos entrevistados são muito similares se analisadas em função das habilitações académicas já que todos os não alfabetizados são trabalhadores rurais, sendo que as entrevistadas de sexo feminino que não sabem ler nem escrever são também trabalhadoras domésticas. Esta contingência fica-se a dever a questões culturais já que, por norma e tradição, o trabalho da casa é sempre relegado para as mulheres.

No grupo de entrevistados com algumas habilitações as profissões vão desde o barbeiro ao professor de matemática, passando por uma educadora de infância e um empregado de escritório.

Um dado que sobressai nesta abordagem ao perfil dos entrevistados é o facto de todos eles, independentemente da idade, se encontrarem ainda no ativo, ou seja, no exercício de alguma atividade profissional. Nem os mais idosos, e analfabetos, como o F2 de 88 anos e o M11 também com 88 anos, se recolheram à reforma continuando a dar mostras de alguma dinâmica profissional nos seus campos de cultivo.

Desta constatação podemos desde já aferir, uma vez que dos quatro analfabetos todos se mantêm ocupados nas suas profissões, que o facto de não saber ler não é impeditivo

para a realização das tarefas do quotidiano dos nossos entrevistados. É de realçar também o facto de todos eles terem a mesma ocupação.

Neste primeiro quadro de caracterização sócio-demográfica podemos concluir que o facto de desempenhar uma profissão contribui para a garantia da independência dos idosos e para a sua autonomia. Está assim assegurado neste quadro o cumprimento de um dos requisitos apontados pelo OMS para que se registe qualidade de vida e bem estar na terceira idade.

Na verdade e tal com o disseram Hawkins, Binkley, Eklund e Gingyl, (1998) a autonomia e independência funcional dos idosos passa pela realização de atividades quotidianas, sem ajuda de terceiros, como os cuidados básicos: o vestir, o tomar banho e o alimentar-se, mas também passa pela capacidade de desenvolverem atividades instrumentais da vida diária como usar o telefone, cozinhar, arrumar a casa e desenvolver atividade de trabalho (Hawkins, Binkley, Eklund & Gingyl, 1998).

1.2 – Compreender a vivência dos gerontes

Tendo em vista a compreensão das vivências dos gerontes vamos agora ter em conta os grupos de questões da entrevista que se relacionam com o sentimento de pertença à comunidade; com o bem estar e segurança e com a participação em atividades sócio-culturais.

Quadro 2 – Relacionamento interpessoal dos entrevistados

Categoria – Relacionamento interpessoal		
Sub-categorias	Unidades de registo	Sujeitos
Maior proximidade com a família	“Tenho aqui a família...”	F5
Relações de amizade	“Tenho aqui boas amigas.”	F2
Afinidades	“Relações de vizinhança”	M7
Vínculos com a vila	“Estou cá desde dos 5 anos...”	F6
	“Há 51 anos que cá vivo e gosto.”	F4

O sentimento de pertença à comunidade fica patente no quadro onde se apresenta a categoria do relacionamento interpessoal e que considera as sub-categorias: maior proximidade com a família; relações de amizade; afinidade e vínculos com a vila.

De um modo geral todos os respondentes deram nota de se sentirem integrados e membros efetivos da comunidade tal como se pode verificar em respostas como a da entrevistada 3: “Sim perfeitamente inserida. Acho que estou muito inserida no meio em

que vivo porque já cá estou há muito tempo e cresci aqui” (F3), ou na resposta do entrevistado 7 “Sim, sinto-me inserido na comunidade em que vivo. Convivo com todas as pessoas, tenho aqui a família e relações de vizinhança.” (M7).

No conjunto entrevistados, e no quadro acima, pode-se verificar que a categoria “vínculos com a vila” é comum a todos eles o que denota um sentimento de pertença forte e portanto sentimentos de integração na comunidade.

Esses vínculos são ainda reforçados pelas afinidades com a vizinhança, o que reforça o sentido de integração comunitária, e pelas relações de amizade que se criaram e se vivem com os vizinhos tal como denota a nossa entrevistada 1: “Conheço as pessoas da terra até porque sou de Viana e falo com toda a gente. Têm-se grande contacto com a vizinhança”.

Os resultados obtidos para a análise da categoria do relacionamento interpessoal não podem ser alheios ao facto do nosso cenário de atuação se caracterizar por ser uma localidade do interior alentejano, um espaço rural onde as conversas com os vizinhos, os pedidos de ajuda na porta do lado, os entardecer no banco do largo em amena cavaqueira são requisitos tradicionais e ainda muito visíveis. Este facto pode servir de suprimimento à lacuna que os grandes centros urbanos e é sobretudo uma forte entrave ao isolamento e à solidão que acompanha o natural processo de envelhecimento tal como referem Campbell et al. (1976).

Neste quadro da categoria do Relacionamento interpessoal dos entrevistados podemos também conhecer a realidade de vida de um idoso analfabeto e constatar que, dos 4 entrevistados, e no que diz respeito ao sentimento de pertença à comunidade, todos se sentem integrados e, curiosamente de formas muito similares. De uma forma geral todos revelaram que os fatores que contribuem para os seus sentimentos de pertença à comunidade são o facto de ter amigos e a família por perto. Apenas um referiu o trabalho.

“Sim sinto. Tenho aqui boas amigas” (F2)

“Vivo em Viana há 51 anos e gosto. Tenho cá família e em tempos, trabalho.” (F4)

“Sim. Estou cá desde dos 5 anos e tenho cá a família” (F6)

“Já cá vivo há muitos anos e tenho cá a família.” (M11)

No grupo “sentimento de pertença à comunidade” destaca-se também o facto de 3 dos 4 entrevistados terem afirmado que não sentem preconceito social pelo facto de não serem

alfabetizados e apenas um deu conta de existência de preconceito e de o notar em situações em que seja solicitada a sua assinatura.

De um modo geral a maioria dos entrevistados também confirmou estar a par das mudanças sociais e apenas um, o entrevistado 9, sublinhou que não acompanha as mudanças sociais.

Este grupo de questões, importante para avaliar a qualidade de vida dos gerontes e o seu bem-estar, denota abertura social por parte dos gerontes “menos velhos” às alterações na sociedade, sobretudo aquelas que estão relacionadas com as novas tecnologias. Curioso foi o facto de todos os não alfabetizados terem respondido da mesma forma em relação ao acompanhamento das mudanças sociais. Todos disseram acompanhar “algumas mudanças”.

Pela análise global da sub-dimensão de questões que reportavam para o sentimento de pertença à comunidade podemos aferir que os entrevistados sentem que têm um envelhecimento bem sucedido. Isto se considerarmos as palavras de Paúl e Fonseca, relativamente à definição para este conceito:

“O conceito de «envelhecimento bem-sucedido» também designado por «envelhecimento positivo» ou «envelhecimento com sucesso» surgiu em 1960 e definia então um mecanismo de adaptação às condições específicas da velhice, quer a procura de um equilíbrio entre as capacidades do individuo e as exigências do ambiente” (Paúl & Fonseca, 2005, p.281).

Quadro 3 – Salvaguarda da Privacidade

Categoria – Salvaguarda da privacidade		
Sub-categorias	Unidades de registo	Sujeitos
Auxílio de terceiros	“Vivo com o meu filho que sabe ler.”	F2
	“No caso da correspondência é a família que lê.”	F6
	“A minha neta ajuda em tudo o que é necessário.”	F4
	“Por vezes tenho que pedir á minha filha ou genro que leiam e expliquem porque me sinto ultrapassado em certas termos utilizados.”	M9
Autonomia	“Leio cartas, vou as compras...”	M7

No grupo de questões da entrevista que aferiam sobre a vivência dos gerontes, e na categoria do bem-estar e segurança damos destaque à salvaguarda da privacidade pois que esta está diretamente ligada ao facto de se saber ou não saber ler.

No quadro apresentado pode-se observar que os gerontes tentam garantir a sua privacidade dando os seus documentos a ler a familiares. Nenhum dos entrevistados analfabetos referiu pedir ajuda a vizinhos ou estranhos.

Por aqui se denota que, embora incapacitados pelo facto de não lerem, estes entrevistados prezam a sua privacidade e que, ainda que possam contar com ajuda dos familiares essa privacidade é sempre limitada.

Há ainda no quadro apresentado um entrevistado (M9) que apesar de alfabetizado, com o 6º ano, reconhece necessitar de ajuda na leitura da sua correspondência e outros documentos por não perceber contextos e termos: “tenho que pedir há minha filha e genro que leiam e expliquem pois sinto-me ultrapassado em certos termos utilizados.” (M9).

Sendo certo que a segurança é um dos parâmetros fundamentais apontados pela OMS para que possa haver envelhecimento bem-sucedido e sendo certo também que, mesmo que se tratem de familiares, os idosos analfabetos não podem ver a sua privacidade, e portanto segurança, garantida podemos dizer que o analfabetismo é um fator de impedimento para que o envelhecimento com sucesso aconteça na sua plenitude.

De facto e tal como Marques (2010) sublinhou o envelhecimento ativo, e bem-sucedido, é o “processo de otimizar as oportunidades para a saúde; participação social e segurança” (Marques, 2010, p. 30).

Note-se ainda que, tal como Mota e Carvalho (1999) defenderam, para se envelhecer bem, não basta ser-se saudável, é necessário participar na sociedade com segurança, respeito e cooperação entre as gerações.

Se atentarmos com cuidado nesta última afirmação, e considerando os dados obtidos para a categoria “salvaguarda da privacidade” temos que, apesar de tudo o que se disse, há um respeito e uma cooperação entre as gerações.

Quadro 4 - Participação em atividades socio-culturais

Categoria – Atividades sócio-culturais		
Sub-categorias	Unidades de registo	Sujeitos
Participação em actividades socio-culturais	“Faço voluntariado numa Oficina Aberta onde há trocas intergeracionais e tento participar na parte desportiva aqui do concelho.”	F3
Assistir/Comparecer	“Sim quando é do meu agrado”	M9
	“Só vou a festas no cineteatro onde participam os meus netos.”	M8
Interesse	“Não, não tenho interesse em saber.”	M11

Nenhum dos entrevistados dos que não sabem ler nem escrever disse participar em atividades sócio-culturais.

Em face dos resultados obtidos verificamos que todos os respondentes disseram não participar e não ter interesse em participar em atividades sócio-culturais.

“Não costumo participar em nada nem quando era nova.” – F2

“Não nem tenho interesse em saber.” – F4

“Não. Só gosto de ver passar a romaria a cavalo.” – F6

“Não.” – M11

Assim, e tendo em conta as diretrizes da OMS (2002) para um envelhecimento ativo e bem-sucedido podemos dizer que os idosos entrevistados não se enquadram nas orientações desta organização mundial já que esta ambiciona que os gerontes participem na sociedade, levando em conta as suas necessidades, desejos e capacidades e, ao

mesmo tempo, lhes seja proporcionada proteção, segurança e saúde (OMS/INPEA, 2002).

A mesma organização (OMS, 2002) diz ainda que o envelhecimento ativo pode ser percebido como um processo de otimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Segundo a nossa perceção face aos dados demonstrados os idosos entrevistados deram nota de não participarem em atividades sócio-culturais por uma questão cultural. Por estarem habituados a isso desde sempre e não relacionaram o facto com a falta de capacidade de leitura e escrita. No entanto, e porque todos demonstraram a mesma tendência, estamos em crer que tal facto tem a ver com as suas situações de não alfabetizados.

Para corroborar com mais perseverança esta observação lembramos algumas das respostas dos idosos alfabetizados às questões do grupo “compreender a vivência dos gerontes” que diziam diretamente respeito à subcategoria da participação em atividades sócio-culturais:

“Sim. Frequentei cursos de trabalhos manuais, de computadores. Fui a excursões e vou quando posso assistir a espetáculos de teatro, fados”. – F1 (7º. Ano de escolaridade).

“Sim. Eu pertenço ao Banco de Voluntariado Local (Viana), faço voluntariado numa Oficina Aberta onde há trocas intergeracionais e tento participar na parte desportiva aqui no concelho.” – F3 (Bacharelato em Educação de Infância).

Sendo certo que alguns idosos com escolaridade mínima também garantiram não participar em atividades sócio-culturais a diferença entre os alfabetizados e os não alfabetizados leva-nos a afirmar que o objetivo específico por nós delineado e que se prendia com o facto de perceber se o analfabetismo é causa de falta de participação social do idoso se verifica neste contexto.

1.3 Avaliar os conhecimentos dos gerontes

Tendo em vista o nível de conhecimentos dos gerontes vamos agora ter em conta o grupo de questões da sub-dimensão “Importância da alfabetização”.

Quadro 5 – Importância da alfabetização

Categoria – Alfabetização		
Sub-categorias	Unidades de registo	Sujeitos
Pouca cultura	“A televisão faz muita companhia e sem saber ler há coisas que se fica sem perceber.”	F1
Cultura geral	“Gosto muito de ler, tenho um livro na mesinha de cabeceira. Acabei de ler um. Escrever não tanto mas escrevo, não sou muito amiga de andar a escrever...porque há o computador. Hoje em dia já ninguém usa escrever cartas mas escrevo no computador. Eu quando trabalhava tinha mesmo que fazer relatórios, planos. Dedicava-me mais à escrita do que agora. Agora é mais a leitura.”	F3
Leitura instrói	“Sim claro porque sem saber parece que andamos de olhos fechados.”	F6
Informática	“Não percebo nada é de tecnologias, nomeadamente o computador.”	M7
Inferior	“É muito importante porque quando não sabemos só fazemos figuras tristes.”	F5
Privacidade	“Não é salvaguardada a privacidade das pessoas porque precisam da ajuda de outrem para qualquer coisa até para ler uma carta, para ler uma coisa qualquer.”	F3
Interação com o meio	“Sim, tenho aqui a família, amigos e também nunca sai daqui.”	F5

No quadro 5, onde se faz um resumo das respostas obtidas às questões que se prendiam com os conhecimentos dos gerentes, nomeadamente, com as questões da alfabetização podemos ver que todos, alfabetizados e não alfabetizados, consideram a leitura essencial para as suas vidas.

Na subcategoria “pouca-cultura” o respondente transcrito dá conta de que o facto de não saber ler impede a boa compreensão de programas televisivos e de assuntos que são divulgados também nesse meio de comunicação social.

Na subcategoria da cultura geral seleccionamos a resposta da entrevistada 3, que tem formação académica, e por essa resposta podemos ver que a sua “velhice” é

acompanhada de muitas leituras e além disso também está familiarizada com as novas tecnologias, embora reconheça não recorrer a elas muitas vezes.

Na subcategoria “leitura instrói” também todos os respondentes, mesmo os não alfabetizados, responderam afirmativamente.

No grupo das questões que pretendiam analisar as aptidões dos respondentes para com a informática as respostas obtidas foram mais diversificadas indo desde aqueles que nunca tiveram contato com um computador como o exemplo extraído para o quadro 5, aos que se recorrem dessa tecnologia com frequência: “Frequentei cursos de trabalhos manuais, de computadores”, (F1).

Na subcategoria que pretendia analisar a existência, ou não, de sentimentos de inferioridade algumas das respostas obtidas foram concludentes tais como:

“Se tivesse trabalhado fora de casa talvez tivesse vontade e motivação para tal. Hoje em dia estaria melhor financeiramente pois não estava dependente financeiramente, tinha a minha reforma.” - F1 (7º. Ano de escolaridade).

“Sim.” – F4 (não alfabetizado).

“Sim tenho pena de não ter continuado a estudar.” – F5 (1ª. Classe)

“Sim de certeza”. – M11 (não alfabetizado).

Três dos inquiridos responderam não se sentirem inferiores face aos níveis de conhecimentos que têm.

Na subcategoria “privacidade” e tal como podemos ver pela resposta seleccionada para ilustrar o Quadro 5 temos que a privacidades dos gerontes não alfabetizados, e mesmo daqueles que apesar de terem ido à escola a frequentaram por poucos anos, não está garantida. Os idosos que não sabem ler, nem escrever, têm que pedir ajuda a terceiros para desempenhar algumas funções do seu dia-a-dia, nomeadamente a leitura da sua correspondência. Ainda que se trate de ajuda de familiares diretos depreende-se que estes gerontes estão sempre dependentes de alguém pelo facto de não terem aprendido a leitura.

Finalmente na subcategoria “interação com o meio” verificamos que, tanto os idosos não alfabetizados como os idosos alfabetizados, interagem em relações de amizade com os seus vizinhos e familiares próximos.

Tal como verificamos no subcapítulo anterior não há, da parte da maioria dos entrevistados uma propensão regular à participação em atividades sócio-culturais sendo que então a questão da interação fica relegada para o plano das afetividades e dos relacionamentos interpessoais.

“Conheço as pessoas da terra até porque sou de Viana e falo com toda a gente. Têm-se grande contacto com a vizinhança.” – F1 (7º. Ano de escolaridade)

“Tenho aqui boas amigas” – F2 (não alfabetizado)

“Acho que estou muito inserida no meio em que vivo porque já cá estou há muito tempo e cresci aqui” – F3 (Bacharelato em Educação de Infância)

“Sim, tenho aqui a família, amizades e também nunca sai daqui.” – F5 (1ª. Classe).

“Sim, sinto-me inserido na comunidade em que vivo. Convivo com todas as pessoas, tenho aqui a família e relações de vizinhança.” – M7 (4º. Ano)

Quadro 6 – Momentos em que a leitura e a escrita são importantes

Categoria – Prática da leitura e da escrita		
Sub-categorias	Unidades de registo	Sujeitos
Televisão	“Sim leio as notícias na televisão e no jornal.”	M8
Auxiliar os netos	“Ajudo nos trabalhos de casa dos meus netos.”	F1
Bulas de medicamentos	“Leio as bulas dos medicamentos.”	M7
Receitas de culinária	“Escrevo receitas de culinária quando necessário,”	F1
Lista de compras	“Escrevo nomes, números de telefone, lista de compras.”	F5

Pelo quadro apresentado (Quadro 6), onde constam respostas obtidas junto de entrevistados alfabetizados, podemos aferir que a leitura e a escrita fazem parte de muitos momentos do quotidiano dos respondentes.

Vamos agora analisar os motivos que estão por detrás da não alfabetização dos gerontes através das respostas obtidas na aplicação do nosso instrumento.

Quadro 7 – Razões para a não alfabetização

Categoria – Motivos de não ser alfabetizado		
Subcategorias	Unidades de registo	Sujeitos
Trabalho	“Comecei a trabalhar com 7 anos. A minha família era pobre, eramos 8 filhos.”	F2
Famílias numerosas	“Tinha que trabalhar porque era a mais velha de 9 irmãos. Tinha que tratar deles.”	F4
Baixos rendimentos	“Os meus pais precisavam que trabalhasse para ajudar nas despesas da casa.”	F6
Falta de interesse	“Não me interessei.”	M11

Relativamente ao quadro onde se apresentam os motivos que deram origem à não alfabetização dos entrevistados deparamo-nos com quatro motivos principais:

- A necessidade de trabalhar
- As famílias numerosas
- Os baixos rendimentos
- A falta de interesse.

Os três primeiros motivos estão interrelacionados, o fato das famílias serem numerosas não pode explicar, por si só, a falta alfabetização pois era comum no Portugal de há 50 anos atrás as famílias serem numerosas e em muitas dessas famílias as crianças não eram enviadas para a escola.

Quanto ao motivo “falta de interesse”, apontado unicamente pelo entrevistado 11 estamos em crer que, quando criança não teria autonomia para determinar a vontade de frequentar a escola ou não e que essa seria uma decisão dos seus pais. Talvez a resposta tenha surgido no âmbito da leitura que atualmente o próprio entrevistado faz sobre a sua condição de analfabeto. Pelo conformismo que tem face à situação.

De todos os motivos apontados o que parece mais evidenciar-se é o que se relaciona com a falta de rendimentos e a necessidade de trabalhar desde muito cedo para contribuir para as despesas de casa. Tratava-se de uma prática comum antes de a escolaridade se ter tornado obrigatória por determinação legal da República Portuguesa, o que só aconteceu em 1956 para os rapazes e em 1960 para as raparigas.

Quadro 8 – Razões para a interrupção dos estudos

Categoria – Ter estudado ou ter continuado a estudar		
Subcategorias	Unidades de registo	Sujeitos
O emprego não exigia	“Quando comecei a trabalhar nunca pensei nisso.”	M7
	“Dediquei-me exclusivamente à profissão. Tive de pôr de parte a música, a ida à missa ao domingo. Ao domingo os barbeiros trabalhavam. Nos dias de festa ia tudo ao barbeiro.”	M9
Económicas	“Com 4 filhos tinha que trabalhar.”	F2
	“Nunca cheguei a tirar e agora já não penso nisso. As propinas estão muito caras.”	F3
Falta de tempo	“Apesar de não ter trabalhado fora de casa sempre tive o tempo muito ocupado com os filhos, quinta e nesta fase da vida com os netos.”	F1
	“Dediquei-me ao trabalho no escritório e nas horas vagas à agricultura. Tinha animais pois vivo numa quinta e cheguei a ter também um monte. Tinha o tempo muito ocupado.”	M8

No quadro das razões apontadas pelos entrevistados para não terem dado continuidade aos seus estudos ou não terem mais tarde tentado aprender a ler e a escrever são vários os motivos explanados mas a falta de tempo parece ser, claramente, a razão que mais entrevistados apontaram. A falta de tempo que derivava de uma vida extremamente ocupada pelo trabalho. Por este fator se depreende que as profissões dos entrevistados não exigiam mais conhecimentos dos que aqueles que tinham aquando do início das suas vidas profissionais.

Com exceção de dois entrevistados cuja formação se pauta pelo nível académico e incidindo sobretudo nos entrevistados não alfabetizados e naqueles que deram apenas alguns passos no mundo escolar podemos afirmar que, tal como aconteceu no item que dedicamos à participação, neste quadro observacional não estão a ser observados com rigor os parâmetros que a OMS (2002) avançou como critérios para um envelhecimento ativo e bem-sucedido.

Na verdade se atendermos às afirmações de Brown, Bowling e Flynn (2004), que perspetivaram para o envelhecimento ativo duas dimensões, uma objetiva e outra subjetiva, a dimensão objetiva não está completa. Nesta dimensão os referidos autores incluíram como itens para o envelhecimento ativo as condições para o emprego, a

habitação e a educação, para além das circunstâncias ambientais. Ora, no caso em estudo, não foram verificadas as condições para a educação.

Ainda de acordo com as afirmações de Brown, Bowling e Flynn (2004) em que a dimensão subjetiva era portadora das experiências de vida, dos valores, da sensação de bem-estar, da felicidade e da satisfação de vida de cada indivíduo temos que, no que concerne ao nosso estudo e à análise dos resultados retirados das entrevistas efetuadas também a dimensão subjetiva dos padrões de qualidade de vida não está devidamente completa porque a nossa amostra, regra geral, sobretudo no quadro relativo à importância da alfabetização, denota alguns sentimentos (subjetivos) de infelicidade por não saber ler.

De acordo com a análise do grupo relativo aos conhecimentos dos gerentes fomos levados a constatar que o facto de não saber ler impede a realização de atividades quotidianas da vida do idoso, verificando assim um dos nossos objetivos específicos. Pelos mesmos motivos fomos levados a verificar a hipótese específica que se prendia com a perceção do facto de a leitura e a escrita facilitarem a vida dos idosos. Também constatamos que o analfabetismo é causa de falta de autonomia no idoso.

1.4 – Avaliar as experiências e preferências dos gerontes

Tendo em vista a avaliação das experiências e preferências dos gerontes vamos agora analisar o grupo de questões da entrevista que consideramos englobar na subcategoria “Principais pretensões”.

Quadro 9 – As principais pretensões dos gerontes

Categoria – Principais pretensões		
Subcategorias	Unidades de registo	Sujeitos
Futuro dos filhos	“O meu sonho neste momento é que os meus filhos tivessem futuro...perspetiva de boas condições de vida. O que nesta altura é complicado...”	M10
	“Gostava de ver os meus filhos empregados, a exercerem dentro das habilitações que têm o que é muito difícil.”	F3
Saúde	“Ter saúde para mim e família e que tenham trabalho.”	F1
	“Viver um dia de cada vez com saúde.”	F7
	“Ter muita saúde assim como a minha família.”	F9

O quadro 9 é representativo das principais pretensões dos gerontes. A maioria dos entrevistados mostraram que as suas pretensões em relação ao futuro se prendem com o futuro e bem-estar dos filhos e netos e com a sua própria saúde.

Dois entrevistados revelaram não ter pretensões em relação ao futuro. Nenhum dos entrevistados mostrou ter aspirações futuras relacionadas com a aprendizagem, nem os não alfabetizados disseram desejar aprender a ler, o que denota claro conformismo face à situação de analfabetos com que viveram todas as suas vidas.

Dois dos entrevistados deram ainda conta de ter pretensões de viver o resto dos seus anos guardando os bens materiais que amealharam ao longo da vida.

Perante os dados obtidos e tendo em conta que o fator saúde se mostra relevante para uma boa parte dos entrevistados vemos que Campbell, Converse e Rodgers (1976)

estavam certos quando incluíram a saúde no conjunto dos 12 domínios que identificaram para representar a qualidade de vida. Mais certos ainda quando a esses domínios juntaram a característica “vida familiar”.

Pela avaliação dos resultados obtidos no parâmetro “principais pretensões dos gerontes” observamos o objetivo específico de compreender as experiências e preferências dos gerontes e por aqui também denotamos que estes idosos se mostram, de um modo geral, satisfeitos com as suas vidas, sendo que essa satisfação se verifica no facto de os seus sonhos futuros terem mais atenção às gerações seguintes do que a eles próprios.

IV. Proposta de Intervenção

1. Fundamentação da necessidade de intervenção

Tendo por base os depoimentos recolhidos aquando da entrevista que nos serviu de instrumento foi possível traçar um diagnóstico ao geronte não alfabetizado, habitante em Viana do Alentejo. Esse diagnóstico fica ainda mais perceptível quando avaliado em modo comparativo com os restantes entrevistados, os gerontes alfabetizados.

Apesar de nenhum dos gerontes não alfabetizado ter dado nota de pretensão de aprender a ler e de todos eles serem maiores de 85 anos verificamos na análise e discussão dos resultados que o facto de não saberem ler é impeditivo de muitas tarefas do quotidiano do geronte e também os impede de terem privacidade.

Para além disso ficou demonstrado que o analfabetismo concorre para a exclusão social do idoso uma vez que nenhum dos entrevistados participa ativamente de atividades sócio-culturais.

Tal como Brito (2003) também acreditamos que “saber e poder ler e escrever é uma condição tão básica de participação na vida económica, cultural e política que a escola tornou um direito fundamental do ser humano, assim como a saúde, a moradia e o emprego” (Brito, 2003, p. 7), e, por isso, propomos uma ação de intervenção sócio-educativa junto dos idosos analfabetos de Viana do Alentejo que vise a aproximação destes ao mundo das letras e à descoberta das maravilhas da leitura.

Apostados no lema popular “nunca é tarde para aprender” e tal como a Associação de Desenvolvimento Comunitário de S. Miguel de Machede, Suão, que apresentamos no capítulo teórico sobre boas práticas, pretendemos distribuir felicidade através da educação e por isso formulamos um projeto de intervenção junto dos idosos da comunidade vienense.

O projeto, tal como Isabel Guerra (2002) determinou:

“(...)é a expressão de um desejo, de uma vontade, de uma intenção, mas é também a expressão de uma necessidade, de uma situação a que se pretende responder” (Guerra, 2002:126).

Em termos práticos o projeto que apresentamos a seguir visa sistematizar e estabelecer “o traçado prévio da operação de um conjunto de ações” (Batista, 2000, p. 101).

A primeira fase do processo está ultrapassada. Falamos da fase a que Serrano chamou de fase de diagnóstico e que é, segundo o mesmo autor “a fase prévia à formulação do

problema e implica o reconhecimento, o mais complexo possível, da situação objecto de estudo. É conveniente examinar a realidade a estudar, as pessoas, o meio envolvente, as características e as circunstâncias que incidirão no desenvolvimento do projecto.” (Serrano, 2008).

Sugestão para a implementação do projeto

O projeto designa-se “Saber ler Sem idade” e destina-se aos idosos analfabetos do concelho de Viana do Alentejo. O objetivo principal do projeto é a melhoria da qualidade de vida dos idosos através da educação, ultrapassando a lacuna da falta de leitura nas suas vidas que é um claro entrave à sua inclusão social.

Potencialidades identificadas

- Eficácia do método Paulo Freire
- Bom relacionamento inter associações no concelho de Viana do Alentejo
- Desenvolvimento de atividades em parceria
- Ampla leque de intervenção (uma vez que as ações não se restringem ao processo alfabetizador)
- A Língua e a Literatura como meio para a realização de atividades diversas

Público-Alvo

O público-alvo do projeto são todos os idosos analfabetos residentes em Viana do Alentejo e outros idosos habitantes do mesmo concelho com grau de iliteracia elevado.

Operacionalização do projeto

- Promoção de ações e de sessões de esclarecimento junto dos alvos a intervir com vista a fornecer aos mesmos informações e esclarecimentos sobre os objetivos da formação, visando, ao mesmo tempo, motivar e incentivar os indivíduos a participarem das iniciativas.
- Promover ações de interação e aproximação mútua (formador-formando).

- Fazer o levantamento das palavras mais comuns à linguagem do público-alvo para cumprir o objetivo de respeitar e promover o linguajar típico.
- Escolher as palavras a usar durante o processo de aprendizagem da leitura em conformidade com a fonética das mesmas e seguindo o critério da mais simples para a mais complexa.
- Criar situações de interação que privilegiem a realidade local e o modo de vida dos gerontes e que lhes possibilite dialogar em formato de análise crítica sobre os seus problemas e os problemas locais.
- Criar fichas de palavras, a partir do levantamento feito das palavras preferidas dos gerontes, e criar famílias de palavras e palavras geradoras.
- Planear a criação de Clubes de leitura intergeracionais promovendo não só a leitura mas também a cultura popular com as lengalengas, trava-línguas, rimas.
- Conceber hábitos de leitura distribuindo jornais, revistas e livros porta à porta.
- Promover a criação de eventos que promovam a participação dos gerontes, tais como, teatros.
- Incentivar a ida à biblioteca através de visita prévia ao espaço dando a conhecer não só o sítio mas também o que oferece.
- Organizar Saraus de leitura onde os gerontes podem ler livros, poesia.
- Tertúlias literárias, em que um grupo de pessoas conhecidas (individualidades do concelho) vem falar sobre um livro, o autor do livro. Para despertar nos gerontes o interesse pela leitura desse livro e, na sequência dessa tertúlia faz-se um passeio literário.

Por exemplo, uma tertúlia sobre Eça de Queirós e o livro a Cidade e as Serras e depois faz-se um Passeio a Tormes (Baião) que é a freguesia onde está a casa de Eça de Queirós e que serviu de inspiração ao autor para aquele livro.

O projeto “Saber ler Sem idade”, cuja proposta foi agora apresentada, e que tem por principal objetivo a melhoria da qualidade de vida dos idosos de Viana do Alentejo, pode, de facto, servir de arma neste combate que tem vindo a ser travado contra o analfabetismo no nosso país. A verdade é que os idosos foram sendo deixados para trás neste processo e mesmo quando os adultos foram chamados a aprender através de programas como o da Validação e Certificação de Competências os mais velhos continuaram de fora dos processos de iniciação e contacto com as letras e a leitura. Ainda assim, e tal como acreditamos, não há hora, nem lugar nem idade marcada para se aprender.

Conclusões

O objetivo geral da presente investigação prendia-se com a necessidade de investigar de que forma é que a alfabetização pode contribuir para o bem-estar do idoso mas a resposta a este objetivo em concreto não foi fácil de aferir através do instrumento aplicado a uma amostra constituída por onze idosos, sendo quatro deles analfabetos, pois que os entrevistados incapazes de ler e de escrever não deram mostras evidentes de insatisfação face à sua condição de analfabetos. A resignação pareceu ser o sentimento geral.

A verdade é que, tal como Paúl, Fonseca, Martín e Amado (2003) deixaram claro é muito comum aos mais idosos desenvolverem um sentimento de resignação com os factos e as circunstâncias das suas vidas. Esta tendência observa-se, sobretudo, no nosso país pelo que ajuda a fazer transparecer a imagem de que o envelhecimento está a ser conseguido com sucesso.

De facto, no nosso país, e tal como já afirmamos em capítulos anteriores, a visão do envelhecimento bem-sucedido e até da qualidade de vida está intimamente ligada a essa capacidade de resiliência às mais variadas frustrações e perdas a que os indivíduos são sujeitos ao longo da suas vidas, ao mesmo tempo que se ajustam e adaptam às circunstâncias que condicionaram as suas caminhadas para a idade madura.

Não é, por isso, de estranhar que os idosos entrevistados, em representação de um grupo maior de idosos nas mesmas condições, não tenham manifestado vontade de aprender a ler e a escrever nos anos maduros das suas vidas tão pouco podem estas ilações servir de impedimento à realização de projetos que visem o estímulo da leitura e da escrita junto das populações mais envelhecidas.

Na verdade parece ter ficado evidente, através da análise e discussão de resultados, que ser analfabeto é um *handicap* para a vida do geronte tanto no que diz respeito à realização das suas tarefas quotidianas, como ler correspondência, ou bulas de medicamentos, como no que diz respeito às suas emoções, ainda que disfarçadas sob o signo da resiliência. Os idosos são dependentes de terceiros para a realização de muitas tarefas e privam-se de participar na vida ativa da sociedade pelo facto de não terem acesso facilitado à informação.

Recordemos que no grupo não alfabetizado da nossa amostra nenhum geronte participava de ações sócio-culturais.

No que diz respeito à hipótese 2 que avançamos na formulação empírica do nosso estudo pensamos que, em Viana do Alentejo, não se regista discriminação por parte da comunidade em relação ao idoso que não sabe ler, pelo motivo de não saber ler. Ao invés disso registou-se um sentimento de solidariedade para com esses idosos sobretudo por parte dos familiares e dos vizinhos.

Quanto à hipótese número 3, que pretendia estabelecer que a alfabetização estimula o aumento de confiança e auto-estima do idoso, apesar de não ter sido reconhecida diretamente pelos idosos analfabetos foi claramente reconhecida pelos que sabiam ler o que comprova a necessidade de se intervencionar a população analfabeta e iletrada.

Tendo em conta os exemplos de boas práticas apresentados na parte teórica do presente estudo e análise efetuada ao método de Paulo Freire avançou-se uma proposta de intervenção para alfabetização dos idosos residentes em Viana do Alentejo que teve por modelo de construção os pilares, ou fases, propostos por esse formador.

Certos de que o saber não ocupa lugar e sobretudo, cientes de que a pessoa analfabeta não é capaz de levar a cabo atividades que exijam o exercício da leitura, tal como afirmou Garcia (1990) concluiu-se o presente estudo com afirmação de que urge alfabetizar para melhorar a qualidade de vida dos gerentes e para garantir que todos tenham um envelhecimento bem sucedido.

Durante a execução do estudo que agora se apresenta foi notória a resignação e o sentido de conformismo que os idosos tinham em relação ao seu analfabetismo e esse facto foi sentido como um entrave à obtenção de respostas. Na verdade a amostra considerava tão normal o facto de não saber ler que parecia não conseguir enxergar o mundo de uma outra forma.

Assim, e tendo em conta este facto pensa-se que no futuro se poderá vir a fazer um novo estudo que contabilize também a questão da resignação e a explique de uma forma mais aprofundada do que aquela que aqui foi feita.

Referências Bibliográficas

Almeida, J. F. & Pinto, J. M. (1990). *A Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Presença.

Almeida, J. F. (1994). *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta.

Ávila, P. (2005). *Os contextos da literacia: percursos de vida, aprendizagem e competências-chave dos adultos pouco escolarizados*. Dep. Métodos Quantitativos do ISCTE e CIES-ISCTE. Acedido em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5521.pdf>

Bardin L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Baker, G. & Smith, D. (1992). What patients think, feel and do, and how this relates to clinical trials. *Medical Meeting Series*, 1, pp. 33-40.

Baltes, P. & Baltes, M. (1990). Psychological perspectives on successful aging: The model selective optimization with compensation. In P. Baltes, & M. Baltes, (Eds.). *Successful aging: Perspectives from behavioural sciences*, (pp. 1-34), New York: Cambridge University Press.

Baltes, M.M, & Silverberg, S.B. (1994). The dynamics between dependency and autonomy: illustrations across the life span. In D.L. Featherman, R.M. Lerner, & M. Perlmutter (Eds.) *Life Span Development and Behavior, Vol. 12* (pp. 41-91). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Barreiros, J. (1999). Envelhecimento e Lentidão Psicomotora. In P. Correia, M. Espanha, & J. Barreiros, (Eds.). *Simpósio envelhecer melhor com a atividade física*, (pp. 63 – 70), Lisboa: FMH Edições.

- Bech, P. (1993). Quality of life measurements in chronic disorders. *Psychotherapy and psychosomatic*, 59, pp. 1-10.
- Bowling, A. (2001). *Measuring Disease: A review of disease-specific quality of life measurement scales*, (2.^a ed.). Buckingham: Open University.
- Brito, T., (2003). *Música na Educação Infantil: propostas para formação integral da criança*. 2^a ed. São Paulo: Peirópolis.
- Brown, J., Bowling A. & Flynn T. (2004). Models of quality of life: a taxonomy, overview and systematic review of literature. European Forum on Population Ageing Research.
- Chateau, Jean, (1987). O jogo e a criança. São Paulo: Summus
- Campbell, A., Converse, P. & Rodgers, W. (1976). *The Quality of American Life*. New York: Russel Sage Foundation
- Canário, Rui (1999). *Educação de Adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa: Ed. Educa,
- Carmo, H.; Ferreira, M.M. (1998). *Metodologia da Investigação. Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carreira, J. (2008). *Estudo sobre as medidas de intervenção social nos maus tratos ao idoso*. Lisboa: Universidade Fernando Pessoa acedido <http://pt.scribd.com> a 24 de Junho de 2014.
- Cerrato, I. & Trocóniz, M. (1998). Successful aging. But, why don't the elderly get more depressed? *Psychology in Spain*, 1 (2), 27- 42.
- Cohen, L. & Manion L. (1985). *Research methods in education*. London: Croom Helm.

- Comissão das Comunidades Europeias (1995). *Ensinar e Aprender. Rumo à sociedade cognitiva*. Luxemburgo: Gabinete de Publicações Oficiais da C. E..
- Costa, F., Ávila, Patrícia (1998). Problemas da/de Literacia: uma investigação na sociedade portuguesa contemporânea. *Ler História – Modernidade e Educação em Portugal*, 35, 127-150.
- Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (2006). *Planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- Durkheim, E. (1973). *Educación y Sociología*. Buenos Aires, Editorial Shapire.
- Eco, U. (1983). *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva.
- Universidade Católica Portuguesa & Esteves, A. (1995). *Envelhecimento e Qualidade de Vida Jovens e Idosos. Família, escola e trabalho*. Porto: Edições Afrontamento. Evidências e outras tantas inquietações. I Congresso Internacional
- Esteves, A. (1995). *Jovens e Idosos. Família, escola e trabalho*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fernandes, A. (1997). *Velhice e sociedade*. Oeiras: Celta Editora.
- Flanagan, J.C. (1982) Measurement of quality of life: current state of the art. *Arch. Phys. Med. Rehabil.*, v. 63, 56-59.
- Ferreira, N.S.C. (2006). Formação continuada e gestão da educação no contexto da “cultura globalizada”. In N.S.C. Ferreira, *Formação continuada e gestão da educação*. São Paulo: Cortez.
- Freire, P. (2003). *Política e Educação*. São Paulo: Cortez Editora

- Fonseca, A. (2005). *O envelhecimento bem sucedido*. In C. Paúl, & A. Fonseca, (Coord.), *Envelhecer em Portugal* (pp. 281-311). Lisboa: Climepsi Editores.
- Fontaine, R. (2000). *Psicologia do Envelhecimento*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Fundação MacArthur: <http://www.macfound.org/>
- Gauthier, C. et al. (1998). Por uma Teoria da Pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Ijuí, RS: UNIJUÍ.
- Garcia, R. (1990). *Orientação Educacional – O trabalho na Escola*. Tunel do Tempo. São Paulo.
- Garret, (1981). *A entrevista: seus princípios e métodos*. 8.^a ed, Agir, Rio de Janeiro.
- Gomes, M. C., Ávila, P., Sebastião, J., Costa, F. (2002). Novas análises dos níveis de literacia em Portugal: comparações diacrónicas e internacionais. In AA.VV. (org.), *Sociedade Portuguesa. Passados Recentes, Futuros Próximos*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia (edição em cd-rom).
- Grawitz, M. (1993). *Métodos das Ciências Sociais*. Daloz, Paris.
- Guerra, I. (2002). Fundamentos e processos de uma Sociologia de Acção – Planeamento em Ciências Sociais, 2^a Edição, S/L, Editora Principia.
- Hawkins, B., Binkley, A., Eklund, S. & Gingyl, Y. (1998). Cross-cultural comparisons of the daily activity patterns and life satisfaction of older adults in China Australia and United States of America. *Journal of Cross-cultural Psychology*, 4 – 10. Acedido em: <http://jcc.sagepub.com/>

Instituto Nacional de Estatística (2012). *Censos 2011: Resultados definitivos: XV recenseamento geral da população: V recenseamento geral da habitação*. Acedido

em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheiros_in

Lawton, M. P. (1991). A multidimensional view of quality of life in frail elderly. In J. E. Birren, J. E. Lubben & J. C. Rowe, D. E. Deutchmann (Eds.), *The concept and measurement of quality of life in the frail elderly* (pp.3-27). San Diego, CA: Academic Press. Acedido em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000098&pid=S0103-166X200900030000300014&lng=en

Leal, C. (2008). *Reavaliar o conceito de qualidade de vida*. Universidade dos Açores. Acedido em <http://www.porto.ucp.pt/lusobrasileiro/atas/Carla%20Leal.pdf>

Lessard-Hébert, M.; Goyette, G. & Boutin, G. (2010). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Lima, A. & Viegas, S. (1998). A diversidade cultural do envelhecimento para a construção da categoria de velhice. *Psicologia Social*, v.6, n.2, pp. 149-158.

Longworth, N. (2005). *El aprendizaje a lo largo de la vida en la práctica – transformar la educación en el siglo XXI*. Barcelona: Paidós.

Lowe, J. (1978). *La Educacion de Adultos. Perspectivas Mundiales*. Salamanca: Sígueme.

Machado, M. L. A. (1996). Educação infantil e sócio-interacionismo. In Z. M. R. Oliveira, (org.). *Educação Infantil, muitos olhares*. São Paulo: Cortez.

Martins, G. (1995). Metodologias Convencionais e Não-convencionais e a Pesquisa em Administração. *Caderno de Pesquisas em Administração* - PPGA/FEA/USP, n. 1, p. 2.

- Marques, A. (2010). Da Construção do Espaço à Construção do Território. *Revista Fluxos & Riscos*, n.º1, pp. 75 – 88. Acedido em 29 junho 2014 em: <http://dspace.uevora.pt>
- Malglaive, G. (1995). *Ensinar Adultos*. Porto: Porto editora. Colecção Ciências da Educação.
- Marzo, A.; Figueras, J. M. (1990). *Educación de Adultos. Situación actual y perspectivas*. Barcelona: ICE-Horsori.
- McPherson, B. (1999). Population Aging and Leisure in a Global Context: Factors influencing inclusion and exclusion within and across culture. *World Leisure & Recreation*, 41, 3, pp. 5 – 10.
- Michel, M. H. (2005). *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas.
- Mondana, L. (1997). Entrevista como acontecimento interacional: abordagem linguística e interacional. In: *Rua*. Campinas, SP, p. 59-86.
- Morin, Edgar. (2002). *O método V: a humanidade da humanidade*. Porto Alegre: Sulina.
- Mota, J. (1999). Promoção da actividade física nos idosos: uma perspectiva global. In J. Mota, & J. Carvalho (Eds.). *Actas do seminário, a qualidade de vida no idoso: O papel da actividade física* (pp.20-24). Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e de educação Física. Universidade do Porto.
- Néri, A. (1993). *Qualidade de Vida e Idade Madura*. São Paulo: Papyrus.

- Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social de Viana do Alentejo. (2006). Diagnóstico Social de Viana do Alentejo. Câmara Municipal de Vieira do alentejo.
- OCDE (1992). *Analfabetismo funcional e rentabilidade económica*. Porto: Edições ASA
- Oliveira (1978). Estudo Metodológico e Cognitivo do Mapa. *Série Tese e Monografias, Instituto de Geografia – USP, São Paulo*.
- Organização Mundial de Saúde (1994). *Declaração desenvolvida pelo grupo de trabalho da Qualidade de Vida da OMS*. Geneve: Organização Mundial de Saúde.
- Organização Mundial de Saúde. (2007). *WHO Age-Friendly Cities Project Methodology: Vancouver Protocol*. Geneva: OMS press.
- Organização Mundial de Saúde. (2009). *Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Osório, A. & Pinto, F. (2007). *As pessoas idosas – contexto social e intervenção educativa*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos.
- Osório, A. (2005). *Educação permanente e educação de adultos*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos.
- Parreira, A. (2006). *Gestão do stress e da Qualidade de Vida – Um Guia para a Acção*. Lisboa: Monitor.
- Paúl, C. (1994). O Papel das famílias na prestação de cuidados a crianças e idosos. In L. Almeida & I. Ribeiro (org.), *Família e Desenvolvimento*. Portalegre: APPORT, 45-47.

- Paúl, C., Fonseca, AM, Martín, I. & Amado, J. (2003). Psycosocial profile of rural and urban elders in Portugal. *European Journal of Psychology*, 8 (3) 189-197.
- Paúl, C., Fonseca, AM, Martín, I. & Amado, J. (2005). A satisfação e a Qualidade de vida: um estudo em idosos portugueses. In Paúl e Fonseca, Ed. 2005, *Envelhecer em Portugal, Psicologia, Saúde e Prestação de Cuidados*. Lisboa: Climepsi.
- Pereira, S. (2010). *Por uma aprendizagem participada*. Disponível em www.direitodeaprender.com.pt.
- Priberan, Dicionário da Língua Portuguesa. <http://www.priberam.pt/DLPO/parêntese>
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rosa, V.; Chitas, P. (2000). Unidade e Pluralidades da Demografia Portuguesa: Perfis e Dinâmicas Concelhias, 1960-1991. In: Barreto (organizador), *A Social em Portugal, 1960-1999*. Instituto de Ciências Sociais, pp. 455-493.
- Ruiz, J. (2001). *Manual de Psicogeriatría Clínica*. Barcelona: Masson.
- Rowe, J. & Kahn, R. (1998). *Successful aging*. New York, Phanteon.
- Sampieri, R. H.; Collado, C. F.; Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda.
- Schroots, J.; Birren, J., (1980). A psychological point of view toward human aging and adaptability. In *Adaptability and aging, proceedings of 9th International Conference of Social Gerontology*, Quebec, Canadá, 43-54.
- Sebastião, J.; Ávila, P.; Costa, Gomes (s/d). *Estudios internacionales de literacia de adultos: resultados comparados y problemas metodológicos*. Acedido em: http://www.oei.es/fomentolectura/estudios_internacionales_literancia.pdf.

- Sequeira, A. & Silva, M. N. (2002). O bem-estar da pessoa idosa em meio rural. *Análise Psicológica*, 20 (3), 505-516.
- Shepard, R. (1997). *Aging, Physical Activity and Health*. Human Kinetics Publishers. Unifai
- Tamer, Petriz, G. (2007). A qualidade de vida dos idosos. In I. Piaget (Ed.), *As Pessoas Idosas* (pp. 181-201). Lisboa: Horizontes Pedagógicos.
- Usaola, F. S., & Cantera, I. R. (Junho de 2004). Portal Mayores. Obtido em 2 de Fevereiro de 2010, de <http://imersomayores.csic.es/documentos/documentos/sanchez-violencia-01.pdf>
- Teixeira, O.; Neri, A. (2008). Envelhecimento bem-sucedido: Uma meta ao longo do curso da vida. *Revista Universidade de São Paulo*, volume 19, nº 1 (81 -94).
- Torquato, R. J., Santana (2011). Aspectos do Letramento sob o ponto de vista de pessoas em processo de envelhecimento. In *Anais da XIX Jornada Paranaense de Geriatria e Gerontologia*. P.19. Curitiba, PR:Universidade Positivo
- UNESCO, (1999). Declaração sobre Ciência e o Uso do Conhecimento Científico. Budapeste. Acedido em: http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_actio=&co_obra=14807
- Vecchia, Roberta, D., Ruiz, T., Eduardo, J. (2005). Qualidade de Vida na terceira idade: um conceito subjectivo. *Epidemiol* 8, pp. 246 – 252.
- Vieira, A. (2002). Um país de contrastes. *Fórum Ambiente*, 80, pp. 18-27.
- Viladot, G., Romans, M. (1988): La educación de adultos. *Cuadernos de Pedagogía*, Laia. Barcelona.